

Sábado, 27 de Novembro de 1976



# DIÁRIO da Assembleia da República

I LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SESSÃO DE 26 DE NOVEMBRO

Presidente: Ex.º Sr. António Duarte Arnaut

**Secretários:** Ex.º Srs. Alberto Augusto Martins da Silva Andrade  
 José Gonçalves Sapinho  
 Maria José Paulo Sampaio  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

**SUMÁRIO:** — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 30 minutos.

**Antes da ordem do dia.** — Foi aprovado o n.º 39 do Diário. Deu-se conta do expediente.

O Sr. Presidente informou a Assembleia de vários requerimentos dirigidos a alguns departamentos governamentais e prestou esclarecimentos sobre o pagamento aos Srs. Deputados das ajudas de custo em atraso.

O Sr. Deputado Luís Cacito (PS) descreveu o que actualmente se passa de lamentável nos campos alentejanos em matéria de reforma agrária, sobretudo no distrito de Beja, sob a orientação das cúpulas dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Respondeu no fim a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Carlos Brito, Manuel Moita, Vítor Louro e Carreira Marques, todos do PCP, tendo o primeiro formulado também um protesto, que foi seguido de outro do Sr. Deputado Florencio Matias (PS).

O Sr. Deputado Moura Guedes (PSD) criticou a recente reunião de uma reunião do Conselho de Ministros no Porto, acusando o Governo de ter pretendido, com isso, intervir directamente na campanha eleitoral para as autarquias locais, aliás ainda não iniciada. Respondeu depois a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados José Luis Nunes e Carlos Lage, do PS.

**Ordem do dia.** — Na primeira parte o Sr. Deputado Alcides Monteiro (PS) procedeu à leitura dos relatórios e pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição temporária dos Srs. Deputados Álvaro Cunhal (PCP) e Albino Aroso Ramos (PSD) e sobre uma questão de eventual incompatibilidade entre o cargo de membro do conselho de gestão de um banco e as funções de Deputado, levantada pela comissão de trabalhadores do Banco Pinto & Sotto Mayor a propósito da situação do Sr. Deputado Alcino Cardoso (CDS). A Assembleia aprovou os dois primeiros pareceres e não se pronunciou quanto ao último, por ter o Sr. Presidente concordado com a opinião do Sr. Deputado Vital Moreira (PCP) de que tal só se justificaria se o mandato do Deputado em causa tivesse sido impugnado.

Na segunda parte iniciou-se o debate sobre os Decretos-Leis n.º 768/76, 769-B/76 e 781-A/76, respectivamente de 23 de Outubro os dois primeiros e de 28 de Outubro o terceiro, todos relativos ao ensino superior, cuja sujeição a ratificação fora requerida por Deputados do PCP e justificada na véspera por três dos requerentes.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Nuno Abecasis (CDS); António Reis (PS), que também respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Vital Moreira (PCP), Manuel Gusmão (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Zita Seabra (PCP) e Nuno Abecasis (CDS) e provocou protestos dos Srs. Deputados Rui Pena (CDS) e Vital Moreira (PCP), tendo ainda apresentado um contraprotesto em relação a este último; José Manuel Jara (PCP), que respondeu ainda a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado José Leitão (PS); António Rebelo de Sousa (PSD), que também respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados Vital Moreira e Zita Seabra, do PCP; e o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Sotomayor Cardia), que respondeu ainda a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Vital Moreira (PCP) e provocou um esclarecimento por parte do Sr. Deputado Nuno Abecasis (CDS).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 17 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.  
 Agostinho Martins do Vale.  
 Albano Pereira da Cunha Pina.

Alberto Arons Braga de Carvalho.  
 Alberto Augusto Martins da Silva Andrade.  
 Alcides Strecht Monteiro.  
 Alfredo Pinto da Silva.  
 Álvaro Monteiro.  
 António Alberto Monteiro de Aguiar.  
 António Chaves Medeiros.  
 António Duarte Arnaut.  
 António Jorge Moreira Portugal.  
 António José Pinheiro Silva.  
 António José Sanches Esteves.  
 António Riço Calado.  
 Armando dos Santos Lopes.  
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.  
 Benjamim Nunes Leitão Carvalho.  
 Bento Elísio de Azevedo.  
 Carlos Cardoso Lage.  
 Carlos Jorge Ramalho dos Santos Ferreira.  
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.  
 Eurico Manuel das Neves Henrques Mendes.  
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.  
 Fernando Reis Luís.  
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.  
 Francisco António Marcos Barracosa.  
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.  
 Francisco Alberto Pereira Ganhitas.  
 Francisco Igrejas Caeiro.  
 Herculano Rodrigues Pires.  
 João Francisco Ludovico da Costa.  
 João da Silva.  
 José Alberto Menano Cardoso do Amaral.  
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.  
 José Cândido Rodrigues Pimenta.  
 José Ferreira Dionísio.  
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.  
 José Maria Parente Mendes Godinho.  
 José dos Santos Francisco Vidal.  
 Ludovina Rosado.  
 Luís Abílio da Conceição Cacito.  
 Manuel Augusto de Jesus Lima.  
 Manuel Barroso Proença.  
 Manuel Francisco Costa.  
 Manuel João Cristino.  
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.  
 Manuel Lencastre Meneses de Sousa Figueiredo.  
 Manuel Pereira Dias.  
 Maria Margarida Ramos de Carvalho.  
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.  
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.  
 Rui Paulo do Vale Valadares.  
 Sérgio Augusto Nunes Simões.  
 Teófilo Carvalho dos Santos.  
 Victor Manuel Ribeiro Fernandes de Almeida.

#### Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.  
 Álvaro Barros Marques de Figueiredo.  
 Amantino Marques Pereira de Lemos.  
 Américo de Sequeira.  
 António Egídio Fernandes Loja.  
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.  
 António Joaquim Veríssimo.  
 Arcanjo Nunes Luís.  
 Armando António Correia.  
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.  
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.  
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.

Cristóvão Guerreiro Norte.  
 Eduardo José Vieira.  
 Fernando Adriano Pinto.  
 Fernando José da Costa.  
 Francisco Barbosa da Costa.  
 Francisco Braga Barroso.  
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.  
 Gabriel Ribeiro da Frada.  
 Henrique Manuel de Pontes Leça.  
 João António Martelo de Oliveira.  
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.  
 João Lúcio Cacela Leitão.  
 João Manuel Ferreira.  
 José Adriano Gago Vitorino.  
 José Alberto Ribeiro.  
 José Alves da Cunha.  
 José Gonçalves Sapinho.  
 José Joaquim Lima Monteiro Andrade.  
 José Júlio Carvalho Ribeiro.  
 José Rui Sousa Fernandes.  
 Júlio Maria Alves da Silva.  
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.  
 Manuel Cunha Rodrigues.  
 Manuel Henrques Pires Fontoura.  
 Manuel Sérgio Garcia Vila-Lobos Meneses.  
 Maria Elia Brito Câmara.  
 Nicolau Gregório de Freitas.  
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.  
 Olívio da Silva França.  
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.  
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

#### Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.  
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.  
 Ângelo Alberto Ribas da Silva Vieira.  
 António Jacinto Martins Canaverde.  
 António Simões da Costa.  
 Carlos Alberto Faria de Almeida.  
 Carlos Martins Robalo.  
 Emílio Leitão Paulo.  
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.  
 João Gomes de Abreu de Lima.  
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.  
 José Cunha Simões.  
 Luís Esteves Ramires.  
 Maria José Paulo Sampaio.  
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.  
 Rui Fausto Fernandes Marrana.  
 Vítor Afonso Pinto da Cruz.

#### Partido Comunista Português (PCP)

António Luís Mendonça de Freitas Monteiro.  
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.  
 Carlos Alfredo de Brito.  
 Custódio Jacinto Gingão.  
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.  
 Fernanda Peleja Patrício.  
 Francisco Miguel Duarte.  
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira.  
 Jerónimo Carvalho de Sousa.  
 José Manuel da Costa Carreira Marques.  
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.  
 José Manuel de Paiva Jara.  
 Manuel Duarte Gomes.  
 Manuel Gonçalves.  
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.

Manuel Pereira Franco.  
 Manuel do Rosário Moita.  
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira.  
 Raúl Luís Rodrigues.  
 Severiano Pedro Falcão.  
 Vital Martins Moreira.  
 Victor Henrique Louro de Sá.  
 Victor Manuel Benito da Silva.  
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

#### União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 141 Srs. Deputados:

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 14 horas e 30 minutos.

### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Está em aprovação o *Diário*, n.º 39.

Há alguma oposição?

Pausa.

Considero-o aprovado.

Deu-se conta do seguinte

#### Expediente

##### Moções

Aprovada em plenário de operários agrícolas do concelho do Cartaxo, remetida pelo Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, propondo que saia a lei das expropriações para o concelho do Cartaxo e solicitando a formação de unidades colectivas de produção.

Aprovada em reunião de sindicatos do distrito de Setúbal, prestando toda a solidariedade aos dirigentes sindicais Manuel Lopes e António Rosas até à sua reintegração e exigindo que o Ministério do Trabalho tome posição clara face aos despedimentos dos dirigentes e activistas sindicais.

Aprovada em plenário de delegados sindicais da zona norte do sector dos industriais de material eléctrico e electrónico do Sindicato dos Electricistas do Norte, expressando junto do Ministério do Trabalho o seu repúdio pela atitude infame assumida pela maioria das entidades patronais e exigindo o cumprimento imediato de todo o conteúdo do acordo negociado relativo a férias de 1976.

#### Cartas

De bibliotecários das Universidades de Lisboa, procurando explicitar as razões do seu profundo desacordo com a alínea d) do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 781-A/76, de 28 de Outubro, e afirmado: «Não podemos deixar de considerar antidemocrática a legislação elaborada sem prévia consulta dos interessados. Contestamo-la não só como processo, mas porque, de facto, deu origem ao ressurgimento da anacrónica figura do ‘professor-bibliotecário’, agora denominado ‘director da biblioteca’».

Da comissão organizadora das reivindicações da igualdade de pensões da OSSOM, sobre a situação criada a trabalhadores emigrantes portugueses em virtude do regime discriminatório existente na legislação belga sobre segurança social.

Do Sindicato Livre dos Trabalhadores da Indústria de Bordados e Tapeçarias da Madeira, remetendo cópia de uma carta enviada ao Governo Regional da Madeira ao cerca da firma Bordados Arte Fina, L.ª

De Bárbara Tshcoope, de Lisboa, enviando cópia da exposição remetida ao Sr. Ministro da Agricultura e Pescas sobre a ocupação da Quinta Vale de Rolas, em Paio Pires.

Da Associação Nacional dos Empreiteiros de Obras Públicas, remetendo cópia de uma exposição que dirigiram ao Sr. Primeiro-Ministro e relativa à situação da Sociedade de Construções Soares da Costa, S. A. R. L.

Do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, remetendo fotocópia da exposição dirigida ao Sr. Ministro da Administração Interna e solicitando a atenção dos Srs. Deputados para o conteúdo da mesma.

#### Telegramas

De seis secções e núcleos do Partido Socialista, repudiando o atentado bombista contra o Deputado Lopes Cardoso, manifestando a sua solidariedade e reclamando dos Órgãos de Soberania rápida e enérgica actuação.

De trabalhadores agrícolas e pequenos e médios agricultores de Setúbal e Palmela, em que repudiaram e protestam pelo facto de o CDS e o PPD falarem na Assembleia da República, quando das discussões sobre a Reforma Agrária, em nome dos trabalhadores.

De trabalhadores agrícolas e pequenos agricultores de Alcácer do Sal, repudiando calúnias do CDS e PPD na Assembleia da República, quando da discussão da Reforma Agrária.

Da direcção do Sindicato de Garagens e Transportes do Centro e Sul e comissão de trabalhadores do mesmo Sindicato repudiando veementemente o atentado contra Lopes Cardoso e exigindo das autoridades medidas enérgicas para pôr termo a actividades terroristas.

O Sr. Presidente: — Quero dar a informação regimental sobre os requerimentos pendentes na Mesa. Assim, há um requerimento formulado pelo Sr. Deputado José Joaquim Lima Monteiro de Andrade, quatro do Sr. Deputado Vítor Louro, dirigidos ao Ministério da Agricultura e Pescas, e, por último, um dos Srs. Deputados José Vitorino e Cristóvão Guerreiro Norte, dirigido ao Ministério da Educação e Investigação Científica.

Acabam de chegar à Mesa mais dois requerimentos: um subscrito pelo Sr. Deputado Manuel Rosário Moita, dirigido ao Ministério da Agricultura e Pescas, e outro do Sr. Deputado Custódio Jacinto Gingão, dirigido também ao Ministério da Agricultura e Pescas. Os requerimentos referidos serão publicados e endereçados ao seu destino.

Estimados colegas: Alguns Srs. Deputados endereçaram ao nosso Presidente uma exposição, altas em termos perfeitamente correctos, exprimindo a sua mágoa por ainda não terem sido pagas as ajudas de custo respeitantes aos meses de Outubro e Novembro.

O Sr. Presidente encarregou-me de tratar do assunto, e tenho o prazer de informar, depois de feita uma diligência no Ministério das Finanças, que as referidas ajudas de custo serão pagas na próxima semana e, muito provavelmente, serão igualmente pagas as diferenças salariais relativas aos meses anteriores.

Srs. Deputados: Para intervir no período de antes da ordem do dia, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Cacito.

**O Sr. Luís Cacito (PS):**— Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Reforma Agrária viu garantido o seu prosseguimento quando esta Assembleia rejeitou um projecto de lei visando impedir a continuação das expropriações. Como força política interessada na Reforma Agrária, o Partido Socialista votou contra o referido projecto.

Muito se tem falado e escrito neste país sobre este assunto, o que só prova a sua transcendente importância. Porém, parece-me necessário referir-me aqui sobre o que actualmente se passa nos campos alentejanos, muito particularmente no distrito de Beja.

As recentes tomadas de posição do Ministério da Agricultura e Pescas, do Centro Regional de Reforma Agrária e do Governo Civil e as medidas levadas a cabo para estabelecimento de disciplina no processo e para cumprimento da lei levaram as cúpulas dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas a convocar uma manifestação para o passado sábado, na cidade de Beja. Nessa manifestação os alvos atingidos por ataques, e até calúnias, foram o governador, tenente-coronel Carvalho Figueira, e os meus camaradas Joaquim Apóstolo Godinho e António Romana Martins, respectivamente director e subdirector do Centro Regional de Reforma Agrária. Já durante esta semana as mesmas cúpulas sindicais lançaram um comunicado com o objectivo de provocarem agitação, insultando de novo o governador civil e aqueles meus camaradas. Também é do meu conhecimento que um trabalhador socialista da freguesia de Brinches terá sido despedido por se recusar a comparecer na citada manifestação. Foram assim postas em causa, violadas descaradamente, as liberdades fundamentais, neste caso a livre expressão de pensamento e o livre direito de assistir ou não a reuniões.

Foi dito nesta Assembleia pelo meu camarada Jaime Gama que o Partido Socialista era no Alentejo um partido da oposição. Eu acrescento que é um partido da oposição, sujeito a um regime totalitário. Basta recordar o que se passou por lá em datas não muito distantes, basta referir os acontecimentos de agora.

Segundo fui informado por delegados do Sindicato Agrícola, o que está em causa, neste momento, é a concessão do direito de reserva estabelecido pela Lei da Reforma Agrária. Há cinco proprietades a devolver aos anteriores proprietários, ao abrigo dessa lei. Entre elas a já conhecida Herdade da Lobata e uma outra pertencente a um cidadão inglês, Phillimore, cuja ocupação ilegal, por não possuir a pontuação suficiente, causou embarracos à diplomacia portuguesa e poderia ter provocado a expulsão de Inglaterra dos emigrantes portugueses ali residentes.

A situação é bastante tensa nos arredores de Beja. Os trabalhadores, certamente como demonstração de força, começaram a reocupar terras já desocupadas e entregues aos anteriores proprietários por não possuí-

rem pontuação suficiente que as tornasse expropriáveis. Foi o caso da Herdade da Cigana, na freguesia de Baleizão, entre outras. Ontem de manhã a situação era bastante tensa nos arredores de Beja. Parece até ter havido violência quando forças da GNR desocuparam de novo a Cigana. Toda a zona, em especial o concelho de Serpa, está paralisada. As ordens dos dirigentes sindicais, os trabalhadores pararam o trabalho. Não só aqueles que procuram impedir a atribuição do direito de reserva, como os outros não metidos nesse problema. Sabemos que alguns deixaram de trabalhar para evitar conflitos e perseguições. Deste modo as sementeiras correm grave perigo, receando-se um ano improutivo, com as consequências nefastas que daí advém para a economia nacional e para a noiva marcha para o socialismo. A ponderação e o bom senso, de que anteriormente se deu provas, foram afastados. As provocações sucedem-se. A GNR, chamada a fazer cumprir a lei e as determinações ministeriais, é provocada. Ontem de manhã o agricultor Palma Cano foi apedrejado e agredido quando pretendia reocupar, ao abrigo do direito de reserva, a Lobata, só o podendo fazer enquadrado por forças da GNR.

Que se passa em terras do Alentejo? Será que as cúpulas sindicais procuram criar novos mártires entre os sempre explorados trabalhadores alentejanos, continuando estes a servir de carne para canhão? Será que procuram criar novas Catarinas Eufémias? Desconhecem que assim mais não fazem senão ofender gravemente a memória da mártir ceifeira, lançada para a frente pela razão justa da falta de pão para seus filhos, mas lançada de moto próprio e só empurrada pela sua iniciativa e pela voz da razão, a razão dos trabalhadores?

Desconhecem que, com o seu comportamento, longe de consolidarem as conquistas das classes trabalhadoras e a Reforma Agrária, continuam a dar cada vez mais trunfos à CAP e à direita reaccionária?

Lançar para o ar ataques e provocações contra o governador civil, tenente-coronel Carvalho Figueira, é atacar o próprio 25 de Abril; é atacar a democracia; é atacar as próprias forças armadas. O tenente-coronel Carvalho Figueira é o homem exacto para o nosso distrito. E é-o pelo seu espírito independente, pela sua verticalidade, pela sua ponderação, pela sua integração no verdadeiro espírito da Reforma Agrária, pelo seu respeito da Constituição, pelo seu comportamento democrático e pela sua integração no espírito das forças armadas, tão exemplarmente definido ontem pelo Presidente da República. É-o também pela defesa consequente dos interesses do nosso distrito.

Atacar o director do Centro de Reforma Agrária, o meu camarada Apóstolo Godinho, é atacar aquele que tem sido e continua a ser defensor intransigente dos interesses dos trabalhadores, é atacar o homem que muito tem feito por eles e tem compreendido a sua luta, pois sempre tem estado a seu lado e travado essa mesma luta. Atacar Apóstolo Godinho e atacar o seu subdirector, Romana Martins, é clara tentativa para provocar o seu afastamento, quando se encontram em lugar certo, cumprindo o seu dever, caminhando com verticalidades e devotando-se à tarefa fundamental de consolidar a Reforma Agrária.

**O Sr. Victor Louro (PCP):** — Olhe que não, Sr. Deputado!

**O Orador:**— Esta campanha difamatória e delatora contra o governador civil, Carvalho Figueira e os meus camaradas Apóstolo Godinho e Romana Martins, coloca-os entre dois fogos: de um lado a direita matreira e velhaca, que vê neles um sério obstáculo, quiçá intransponível, para o retorno à antiga exploração latifundiária; do outro, uma esquerda precipitada e cega que, não compreendendo por sectarismo o interesse político que a paz e a unidade entre os trabalhadores agrícolas têm para o êxito final da sua luta, querendo erguer um prédio sem deixar consolidar o cimento das fundações, pelo seu comportamento totalitário, mais cava o fosso entre aqueles que realmente têm interesse na Reforma Agrária: os trabalhadores agrícolas e os pequenos e médios agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os ataques cruzados desta insólita coligação, a CAP de um lado e a cúpula sindical por outro, dão aos meus camaradas e ao governador civil a certeza de que estão do lado da verdade e que a sua luta pela construção da democracia se faz com a dignidade dos verdadeiros lutadores, se faz com o respeito da Constituição.

Pergunto:

Até quando reina este estado de coisas?

Até quando se despedem trabalhadores socialistas só por não desejarem comparecer a manifestações?

Até quando se insultam pessoas cujo «crime» é o de cumprirem o seu dever? De procederem conforme a lei?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pela minha parte faço público repúdio pelos soezes ataques aos meus camaradas Apóstolo Godinho e António Romana Martins e ao governador civil, Carvalho Figueira. Se esses ataques têm o objectivo de provocar o seu afastamento, enganam-se. Têm pela frente gente que honradamente luta no seu posto pela defesa dos interesses do povo alentejano.

Em meu nome e em nome dos 40 000 socialistas do distrito que me elegeram para esta Assembleia, manifesto ao Sr. Governador Civil e àqueles meus camaradas o meu mais inteiro apoio e solidariedade. A minha luta é igual à deles. É a luta pela defesa das classes trabalhadoras, é a luta pela democracia, pela liberdade, pela construção do socialismo.

Termino com um apelo sincero ao povo alentejano, ao meu povo. Um apelo ao bom senso, à calma, à ponderação. A Revolução não pode acabar, não pode autodestruir-se.

Tenho dito.

*Aplausos do PS e do PSD.*

**O Sr. Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito, para um pedido de esclarecimento.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):**— Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado que acabou de falar procurou apoiar a sua intervenção num conjunto de factos que eu receio bem não possa comprovar. Diz o Sr. Deputado que teria sido despedido um trabalhador de uma unidade colectiva de produção por não ter participado numa manifestação. Pois quero dizer-lhe que, se esse facto se verificou, eu e o Grupo Parlamentar do PCP nos associamos ao protesto que acaba de fazer.

Tal como o Sr. Deputado, pensamos que nenhum trabalhador pode ser privado do seu emprego pelo

facto de não aderir a uma manifestação que, naturalmente, tem objectivos políticos determinados, dos quais ele é livre de discordar.

**Uma voz do PS:**— Muito bem!

**O Orador:**— Mas, em relação ao caso citado pelo Sr. Deputado, ele tinha-me sido já ontem referido, ou melhor, tinha sido referido pelo Sr. Ministro Jorge Campinos a uma delegação do meu partido. Nós pedimos encarecidamente ao Sr. Ministro que nos desse elementos concretos para podermos averiguar da veracidade do caso referido, tendo ficado até de, durante a manhã de hoje, fornecer esses elementos. A verdade é que não o fez. Portanto, se o Sr. Deputado tem esses elementos, isto é, de quando se verificou o despedimento, em que unidade colectiva se verificou e quais as condições que rodeiam o facto, seria bom que os trouxesse a esta Assembleia, já que o Sr. Ministro Jorge Campinos não os forneceu durante a manhã de hoje, tal como tinha prometido, o que nos colocaria em condições de esclarecer o caso e de protestarmos, ou não, perante uma situação comprovada. Este não é o caso, pois o Sr. Deputado insiste numa acusação para a qual não traz a devida comprovação. Isto não é forma de defender a Reforma Agrária. Todos conhecemos o mar de calúnias que a direita reaccionária tem levantado contra a Reforma Agrária, exactamente para, na base da calúnia, colher argumentos contra ela. Portanto, insisto, Sr. Deputado, para que nos cite, aqui, em relação a este caso concreto, quais são os dados em que o Sr. Deputado abona a afirmação que aqui proferiu.

**O Sr. Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Cacito, para responder, se assim o entender.

**O Sr. Luís Cacito (PS):**— Sr. Deputado Carlos Brito: Julgo que é uma questão entre um trabalhador e o Sindicato, e não entre um trabalhador e o Partido Comunista.

*Aplausos do PS e do PSD.*

Ora, acontece que, inicialmente, fui informado de que teriam sido despedidos três trabalhadores, e não apenas um. É evidente que não tomei esta informação como certa nem boa e procurei colher informes mais detalhados. Sei que foi dado a um trabalhador de Brinches um mês, creio eu que de acordo com a lei laboral, para abandonar a herdade colectiva.

**O Sr. Carlos Brito (PCP):**— Que unidade colectiva?

**O Orador:**— Oportunamente trar-lhe-ei o nome desse trabalhador. Não me deram o nome da herdade, mas julgo que é uma unidade colectiva que existe junto da freguesia de Brinches.

**A Sr.ª Zita Seabra (PCP):**— Nem o nome do trabalhador?

**O Orador:**— Claro, mas prometo trazê-lo oportunamente, Sr.ª Deputada.

**O Sr. Presidente:**— Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Moita, também para pedidos de esclarecimento.

O Sr. Manuel Moita (PCP): — A pergunta que eu queria fazer ao Sr. Deputado Luís Cacito já foi feita pelo meu camarada Carlos Brito, mas faço-a de novo e é no sentido de saber como se chama o trabalhador de Brinches, pois conheço-os todos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Cacito para responder.

O Sr. Luís Cacito (PS): — O Sr. Deputado Manuel Moita é de uma zona bastante quente e sabe, tão bem como eu, que este caso de despedimento não é virgem no Alentejo. Desde há mais de um ano para cá nós temos possibilidades de lhe fornecer uma lista impressionante de gente que tem sido despedida por não ir a manifestações e comícios. Até mais, podemos dar nomes de pessoas que na sua própria aldeia, Pias, foram também agredidas por terem ido a outros lados. O Sr. Deputado sabe disso tão bem como eu.

O Sr. Manuel Moita (PCP): — Prove, Sr. Deputado!

O Orador: — Posso arranjar-lhe uma série de coisas importantes sobre isso. Pessoalmente, posso apontar-lhe as vezes que vi comícios meus boicotados, sessões minhas boicotadas. Posso contar-lhe coisas como essa da aldeia de Pias, onde o meu camarada Lopes Cardoso, o que agora os senhores tanto defendem, foi insultado de fascista e reaccionário.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Os nomes das pessoas?!

O Orador: — É só o Sr. Deputado desejar, que trar-lhe-ei aqui todos esses nomes e informá-lo-ei de todas essas acções praticadas.

O Sr. Agostinho do Vale (PS): — Já se esqueceram!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Louro, igualmente para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Victor Louro (PCP): — Desejava pedir alguns esclarecimentos ao Sr. Deputado Luís Cacito.

Começo por associar-me às palavras do meu camarada Carlos Brito e, pedindo-lhe que tenha isto bem presente, pergunto ao Sr. Deputado se o despedimento de um trabalhador que se verificou e que eu condeno absolutamente é em termos relativos mais importante do que o impedimento de trabalho de centenas de trabalhadores.

O Sr. Olivio França (PSD): — Essa é boa!

O Orador: — Sr. Deputado Luís Cacito. Peço-lhe que na sua resposta tenha em consideração a minha afirmação.

Também lhe quero perguntar se acha que é louvável ou condenável que o Partido Comunista Português se interesse por ter uma informação correcta para, por si próprio, conhecer os problemas, e não por portas e travessas, pois parece que o Sr. Deputado ficou quase traumatizado pelo facto de o Partido Comunista se interessar por um problema de trabalhadores.

Também gostava de chamar a sua atenção para um erro em que o Sr. Deputado, quanto a mim, caiu, ao considerar que as massas trabalhadoras do Alentejo agem por ordem de uma entidade chamada de cúpula sindical. Isso só na cabeça de quem não entende a democracia é que pode passar.

O Sr. Raul Rêgo (PS): — É evidente!

Risos.

O Orador: — Ou, então, nós diríamos que o Partido Socialista se orienta pela cabeça do Sr. Dr. Mário Soares, por exemplo, o que creio os Srs. Deputados não aceitariam.

Quero ainda chamar-lhe a atenção para o facto de que não é tão estranho como isso que os trabalhadores paralisem o trabalho, solidarizando-se com os seus camaradas da Lobata. É que, ao contrário daquilo que o Sr. Deputado afirmou, este problema diz respeito não apenas aos trabalhadores da Lobata, mas a todos os trabalhadores do Alentejo, a todos os trabalhadores agrícolas e, em última análise, a todos os trabalhadores portugueses, porque como o Sr. Deputado bem o demonstrou, isto tem a ver com a própria essência do 25 de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E quanto ao facto de personificar os ataques ao Sr. Governador Civil e ao Sr. Director do Centro de Reforma Agrária, querendo confundir isso com os ataques à própria Revolução do 25 de Abril e à própria Reforma Agrária, Sr. Deputado, tenha paciência, mas não queira fazer-nos acreditar que os trabalhadores vão voltar-se contra as suas próprias conquistas. O Sr. Governador Civil, por maior consideração que tenhamos por ele, não é, com certeza, o símbolo do 25 de Abril, como o Sr. Apóstolo Godinho não é, isso posso garantir-lhe, o símbolo da Reforma Agrária.

O Sr. Raúl Rêgo (PS): — Como não é o Sindicato!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Victor Louro, tem de terminar e formular o seu pedido de esclarecimento como manda o Regimento. Está a fazer uma intervenção, o que não é permitido, pelo que queira concluir.

O Orador: — Eu tinha terminado, quando o Sr. Presidente me interrompeu, o pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado continuou levantado e foi por isso que me permitiu interrompê-lo.

Uma voz do PS: — Já chega!

O Orador: — Foi para ouvir de pé V. Ex.ª, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Obrigado pela consideração, Sr. Deputado.

Queira responder, Sr. Deputado Luís Cacito, se o entender.

O Sr. Luís Cacito (PS): — É evidente que o Sr. Deputado Victor Louro caiu numa questão inter-

minável. Há um ponto em que certamente pensa como eu e que diz respeito ao facto de que é preciso fazer a Reforma Agrária. Agora o meu conceito de reforma agrária é que é diferente. Como esse conceito de reforma agrária defende um socialismo em liberdade e a marcha para um socialismo no respeito das liberdades públicas, a «minha» reforma agrária terá de obedecer a esse mesmo conceito. Quanto ao Sr. Deputado, não sei se o seu conceito de reforma agrária é semelhante àquelas palavras que terá dito numa famosa reunião em Évora, e se o é, então estamos em campos totalmente opostos.

O Sr. Deputado sabe tão bem ou melhor do que eu, pois é um técnico e eu não, que há uma lei de reforma agrária para cumprir e que essa lei foi elaborada em 29 de Julho de 1975, e que não foi subscrita por nenhum membro do Governo socialista. Ora, nessa lei já constava o direito de reserva, e quem a fez e aprovou já exigia a concessão do direito de reserva, pelo que, logo, isso teria de ser feito. Se o Sr. Deputado me disser que há muito agrário que, para além da terra, possui bens consideráveis e que não tem falta dela, pois dir-lhe-ei que nesse ponto temos a mesma opinião. De facto, reconheço que há muitos agrários que, para além da reserva que vão receber, dispõem de bens em grande quantidade que dispensariam essa reserva. Mas, Sr. Deputado, há uma lei, e, em vez de impedir o cumprimento dessa lei, o melhor que tem a fazer é apresentar um projecto para a modificar, e nessa altura poderão ser contemplados esses casos em que existem agrários que possuem bens muito para além da reserva, não precisando assim desta.

O Sr. Deputado falou acerca de impedir centenas de trabalhadores de trabalhar. No fundo, o que se passa é que nessa propriedade, que é a reserva, que vai ser entregue ao seu detentor, julgo que este poderá continuar a trabalhá-la com os trabalhadores. Ou não poderá?

O Sr. Manuel Moita (PCP): — Ele despediu-os, Sr. Deputado!

O Orador: — Mas aí é uma questão laboral, uma questão sindical, e ele poderá ser obrigado a tê-los lá. Agora, usar o argumento da falta de trabalho não é certo, porque sabe que na prática não é assim.

O Sr. Presidente: — Finalmente, para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Miguel.

O Sr. Francisco Miguel (PCP): — Pedi a palavra para intervir, e não para formular um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — V. Ex.<sup>a</sup> deseja intervir?

Então houve aqui um equívoco dos Srs. Secretários, do que pedimos desculpa. Com efeito é o Sr. Deputado Carreira Marques que deseja formular os pedidos de esclarecimento.

Tenha a bondade.

O Sr. Carreira Marques (PCP): — Sr. Deputado Luís Cacito: Dispenso-me de me referir a algumas considerações que o Sr. Deputado fez, por razões evidentes e também pela amizade que nos une. De

qualquer maneira, tentarei localizar somente os meus pedidos de esclarecimento em três ou quatro questões que são bem concretas e que emergem da sua intervenção.

O Sr. Deputado afirmou que os trabalhadores não estão a respeitar o direito de reserva de um cidadão inglês, de seu nome Douglas Ernest Phillimore, o que já teriam causado problemas diplomáticos. Considerou igualmente que a ocupação da propriedade desse cidadão inglês foi ilegal.

A primeira questão que gostaria de pôr à consideração do Sr. Deputado era saber se teve em consideração o seguinte: primeiro, que a Herdade da Ribeira — que é concretamente a herdade a que o Sr. Deputado se refere — foi ocupada ao abrigo de um decreto; segundo, que voltou a ser reconhecido, durante esta fase da tentativa de atribuição do direito de reserva ao antigo proprietário, pelos próprios técnicos do Centro Regional da Reforma Agrária, que a referida propriedade tem mais de 50 000 pontos, ao contrário do que o Sr. Deputado afirmou; terceiro, que a ocupação foi justa porque se constatou ter havido subaproveitamento, o que aliás foi dito em frente dos trabalhadores, do cidadão inglês e das forças da GNR.

Pergunto, pois, se o Sr. Deputado teve isto em consideração quando fez a sua intervenção.

A segunda questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: o Sr. Deputado referiu-se à Herdade das Ciganas. Será que o Sr. Deputado teve em consideração que: primeiro, esta herdade era, juntamente com uma outra herdade na Salvada, que faz parte da Unidade Colectiva de Produção Terra de Pão, propriedade de um senhor chamado António Nunes; segundo, esta mesma Herdade das Ciganas está computada em cerca de 38 000 pontos e que a herdade que agora se pretendia restituir ao abrigo do direito de reserva está computada em cerca de 40 000 pontos, o que prefazia 78 000 pontos. Considera que isto — 78 000 pontos — é um direito, quando a lei fala em 50 000?

Uma outra questão também emergente da sua intervenção: o Sr. Deputado condena igualmente a actuação do agrário Damião Félix, que, nada tendo a ver com a Herdade da Lobata, na Margem Esquerda disparou cobardemente dois tiros de pistola sobre trabalhadores indefesos?

Última questão: sabe o Sr. Deputado que sobre o direito de reserva há diplomas legais a regular esta matéria, entre os quais o Decreto-Lei n.º 493/76, que diz, entre outras coisas, que o direito de reserva, nas unidades colectivas de produção já devidamente reconhecidas (até o caso destas onde as tentativas de entrega de reservas estão a ter lugar) tem de ter em conta — depreendendo-se que não poderá se concedido — se isso fizer perigar a viabilidade e a rentabilidade das unidades colectivas? Sabe o Sr. Deputado que a Herdade da Lobata, por exemplo, é considerada unanimemente pelos próprios técnicos do Centro Regional da Reforma Agrária como o coração económico da Unidade Colectiva de Produção Margem Esquerda? Nestes termos, considera o Sr. Deputado que o Decreto-Lei n.º 493/76 está a ser correctamente aplicado?

Estas são algumas, de entre muitas, das questões que gostaria de lhe pôr, mas para não maçar muito limito-me a estas.

O Sr. Presidente: — Queira responder, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Cacito (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Carreira Marques sabe tão bem como eu que há uma Comissão de Análise para estudar e resolver os chamados erros e desvios da Reforma Agrária. Certamente tem conhecimento de que essa Comissão já deu parecer favorável no sentido de as herdades em questão serem devolvidas aos anteriores proprietários, ao abrigo dessa lei de reserva.

Em relação ao agrário Palma Cano ter-se-á de provar que realmente ele fez isso. O facto de um diário matutino ter apresentado na primeira página essa notícia, não é por si concludente. Posso informá-lo que era meio-dia quando estabeleci contacto com Beja e ainda não havia elementos seguros sobre isso. No entanto, eu não duvido. É claro que, se isso for verdade, eu também não hesitarei em condenar reacções desse tipo, pois ou bem que há democracia ou bem que não há. O facto de esse agrário se sentir agredido não lhe dá direito para ele ser um agressor. Dá, sim, para reclamar justiça. Portanto, Sr. Deputado, entre um trabalhador despedido — e é preciso comprovar que foi despedido — e um agrário que deu tiros — mas é preciso comprovar que deu tiros —, veremos na altura própria se um caso e outro são certos.

No que diz respeito ao trabalhador, esteja descansado que eu lhe darei o nome.

No que concerne ao agrário, o Sr. Deputado terá de me provar que realmente houve essa situação. Até lá eu não posso conscientemente duvidar dela. Tanto mais sendo quem é a pessoa que me faz essa afirmação.

Posteriormente referiu-se o Sr. Deputado a uma série de pormenores de natureza jurídica, técnica e económica, em relação às expropriações e às ocupações. Ainda há bem poucos dias, em conversa havida com uma delegação de sindicatos aqui no Palácio de S. Bento, me foi dito que o principal problema era precisamente a concessão do direito de reserva. E aqui entramos num problema delicado, ou seja, o que se entende por consolidar a Reforma Agrária. Certamente que para o Sr. Deputado e para os trabalhadores que pensam da mesma maneira, consolidar a Reforma Agrária será não ceder um milímetro em nenhuma posição. Ora, eu considero que o mais importante é consolidar tudo o que de positivo já foi conseguido, bem como cumprir a lei, pois só assim a Reforma Agrária se consolidará. Se alguém determinou que a Lobata terá de ser restituída ao seu anterior proprietário, se alguém determinou que uma outra herdade, propriedade do Sr. Nunes e situada na Cabeça Gorda ou na Salvada, terá de ser restituída, os trabalhadores nada conseguirão, procurando resistir. Pelo contrário. E tal como salientei na minha intervenção, continuarão a criar descontentamentos, bem como situações que são autênticos triunfos para a CAP e para as forças reaccionárias.

Relativamente à questão do cidadão inglês Douglas Ernest Phillimore uma coisa é certa: é que na altura em que foi desenterrado o machado de guerra da Ribeira isso causou graves problemas à nossa diplomacia, pois tratando-se de um cidadão estrangeiro estabelecido em Portugal entendia-se que deveria haver um certo respeito pela sua propriedade. Ora,

parece que hoje o problema se continua a pôr, mas agora não só em relação à terra mas também em relação à maquinaria e aos frutos pendentes. O certo é que o nosso comum amigo Apóstolo Godinho me asseverou que o caso do Sr. Phillimore continua por resolver.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Luís Cacito: queira concluir, pois já esgotou há muito o seu tempo. A Mesa não pode ser tolerante a esse respeito.

O Orador: — Bem, eu teria muito mais a dizer, mas sendo assim vou terminar.

Em conclusão dir-lhe-ei, Sr. Deputado Carreira Marques, que de acordo com a decisão da Comissão de Análise, a herdade em questão terá de ser devolvida ao seu legítimo proprietário — o cidadão inglês Douglas Ernest Phillimore.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Carlos Brito pediu a palavra para que efecto?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Para formular um protesto.

O Sr. Presidente: — Faça obséquio.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu quero protestar contra a insinuação do Sr. Deputado Cacito quando iniciou a resposta ao meu pedido de esclarecimento. Em primeiro lugar, porque ao ser-nos colocada por um membro do Governo esta questão só podemos entender que o fez com o propósito de nós colaborarmos na averiguação desta injustiça.

Em segundo lugar, porque quando o Sr. Deputado traz a questão aqui ao Plenário da Assembleia da República é também com certeza com o intuito de levar a Assembleia da República a averiguar da veracidade dos factos.

Em terceiro lugar, porque entendemos ser nosso direito investigar todas as injustiças que se cometem no País — porque somos Deputados de todo o País — e com mais forte razão investigar das possíveis injustiças que se cometam num distrito onde os Deputados do meu partido foram eleitos por cerca de 44 % dos sufrágios.

O Sr. Presidente: — Alguns dos Srs. Deputados levantaram entretanto o braço, não sei bem para que efecto. De qualquer modo, se é para formular algum pedido de esclarecimento, esse pedido não é pertinente, visto que a inscrição tinha de ser feita imediatamente a seguir à intervenção que o suscitou. Não posso, portanto, conceder a palavra, salvo se for um protesto.

O Sr. Florêncio Matias (PS): — É para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Florêncio Matias (PS): — Ora, como eu já cheguei aqui um pouco atrasado e estava-se neste debate sobre os despedimentos de umas cooperativas, eu não acompanhei bem o caso. E como faço parte

de uma cooperativa do distrito de Évora sei que na Cooperativa da Amieira há um trabalhador que, por não ser afecto ao PCP e ter afeição ao PS, pediu, numa festa que se fez na Herdade da Defesa, à comissão da Cooperativa Agrícola do Vale do Rico Homem que o levassem para lá, porque lhe tinham tirado o tractor e o meteram em serviços forçados por ter ideias diferentes. É o Sr. Luís da Amieira, que ainda se encontra a trabalhar na Cooperativa Agrícola do Vale do Rico Homem.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado: Para fazer um protesto deve limitar-se à indicação sucinta do seu objecto. Não é isso que está a fazer. Chamo-lhe a atenção para o facto.

**O Orador:** — Bom, isto era mais ou menos o que se tinha aqui estado a passar. Já cheguei um pouco atrasado.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Nota-se!

**O Orador:** — Nós fomos apanhados em grande e já sabemos que temos de cometer aqui muitos erros, mas é isto que eu por agora quero aqui formular, pois há-de chegar a altura de eu fazer uma intervenção sobre mais coisas dessas.

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Moura Guedes.

Aproveito para informar que o período de antes da ordem do dia termina, como certamente verificaram, às 15 horas e 30 minutos.

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Elas afi estão, à bica, as eleições para os órgãos das autarquias locais!...

Escassos são já os dias que nos separam dos umbrais da campanha. Di-lo o calendário. Outros factos o revelam.

Basta seguir com os olhos os movimentos do Governo e desses seus diligentes couteiros-mores que são os seus governadores civis. Que actividade, meu Deus! Que saudável e buliçosa azáfama!

Como nos velhos tempos da monarquia, a corte desloca-se ao Porto, em toda a sua pompa e grandezza.

*Risos do PSD.*

Dezenas e dezenas de caleches sumptuosas, puxadas por muitas parelhas de cavalos-vapor do mais puro sangue árabe, perpassam, ricamente ajaezados, sob a umbela dourada do glorioso sol lusíada de um difrido Verão de S. Martinho, enchendo as estradas do País com o álacre tilintar dos seus guizos de prata.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Lá vão todos, dignamente sentados, peito para fora, barriga para dentro, queixo em riste, majestaticamente elevado, os altos dignitários do reino.

*Risos do PSD e CDS.*

É a situação que passa. É o Poder que baixa até ao povo, para lhe deixar a recordação histórica

de um beija-mão, de um benevolente olhar de pesadas pálpebras complacentes e paternais, de uma palavra amiga que seja alimento de esperança, unto espiritual a esparzir-se sobre a aspereza da broa, comida ao recanto fumegante da lareira.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Largando a reilha do arado, o cabo polido do marmeiro da enxada, a telha, o celeiro, a courela, o povo acorre. Tímido, ajoelha na poeira das bermas; entusiástico tropeia atrás das altas rodas dos coches, a tentar colher a dádiva de um sorriso, movido pela esperança falaz de tocar o brocado de uma veste, guardar porventura (ó desmedido sonho!) o fio de ouro quebradiço do debrum de um gabão. «Deus guarde Vossas Majestades!», diz o povo.

Que colorido! Que esplendor! Que regalo!

*Risos do PSD.*

«Onde estão os pintores da minha terra, que não vêm pintar?», como perguntava o poeta. Onde estão, que não vêm imortalizar numa tela, num tríptico, num políptico, num palácio de justiça, numa publicação do SNI, ...

*Risos do PSD.*

... este espectáculo ao mesmo tempo emocionante e digno, caloroso e íntimo, que nos enche o coração de confiança, de apaziguamento e de ternura?

Em pós, é a corte que reúne. Palaciana, benévola, paternal. Já se abrem os pesados portões bem oleados, para que possa entrar a populaça. Peões, servos da gleba, artesãos, eis que já todos se atropelam, se acotovelam, se empurram, para chegar mais perto do trono.

O luxo assusta um pouco. O corte irrepreensível da sobrepele do Ministro da Justiça e dos cultos provoca um «oh!» espontâneo de admiração. Mas já as pálpebras batem, ofuscadas que estão as pupilas pelo sol que reverbera na gravata espectacular do Ministro sem pasta.

*Risos do PSD e CDS.*

Que fulgor! Que robustez de talento! Ganha, mesmo assim, coragem o povo. Remos ao ombro, rede arrastando nas dalas de mármore polido, se acercam os pescadores: «um porto nos falta, Senhor!». «Havereis o porto», diz o Poder. «Faça-se o porto!»

*Risos do PSD e CDS.*

«Luz não havemos, Senhor», dizem de olhos mansos os que desceram das faldas bravias da serra, apoiados nos nós do seu cajado.

«Faça-se luz!», diz o Poder.

*Risos do PSD e CDS.*

«De dinheiro carecemos para fazer condutas de água e esgotos abrir», dizem outros, de mais longe vindos.

«Faça-se dinheiro!», diz o Poder. «Já!»

*Risos do PSD e CDS.*

Hora após hora, o desfile alonga, se arrasta, patético, súplice, infundável. Lenços de fina cambraia se

acercam do nariz do Poder, temerosos do mau cheiro dos múltiplos suores acumulados; leques e abanicos palpitam, preciosos, fazendo vibrar caudas de pavão, paíges orientais, marfins, lantejoulas, pedras preciosas da mais fina água, vindas das Áfricas e dos Brasis da Conquista.

Já a audiência se termina, atendido o último suplicante, e começa o banquete real.

Os novilhos assados inteiros, os javalis e os faisões ajoujam, e vergam ao seu peso as grossas mesas de carvalho. Os couteiros-mores, entre dois golpes de mandíbula, são felicitados pelo seu zelo e pelo seu rendoso afã, de bons servidores da coroa.

Saciado o seu pantagruélico apetite, limpa a boca à frescura do linho grosso, já a corte regressa ao Terreiro do Paço, ao seu *habitat* natural, aos seus veludos e arminhos, à macieza do leito de baldaquino, ao raspar da pena do quotidiano despacho, à beatitude das digestões tranquilas, ao agradável «blá-blá-blá» da gente da mesma igualha.

O Sr. Riço Calado (PS): — Blá-blá-blá é para os carneiros!

O Orador: — Rodam mais lentas as caleches na jornada de regresso, sob o pálio das estrelas. Não lhe surdirão salteadores ao caminho, nas curvas mais sombrias das gândaras. Serena e confiante vai a corte, no seu regresso a si própria, ao Terreiro do Paço que ela é, à Lisboa que não consegue deixar de ser.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Faltam poucas semanas para o início da campanha eleitoral. A corte cumpriu o seu dever para com o povo: deu-lhe a mão a beijar. Sem restrições. Sem poupar nenhum centímetro quadrado de pele.

A corte desceu, por instantes, até ao povo; escutou-o com bonomia; sorriu-lhe.

A corte misturou-se por momentos com o povo, disfarçada de falsa descentralização de fim de semana, mascarada de povo. Vai tranquila e contente, com a satisfação do dever cumprido.

«Já cá cantam!», diz Sua Majestade ao ouvido de um áulico.

*Risos do PSD e CDS.*

Pois, Sua Majestade engana-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados. O que vos vinha aqui dizer era apenas isto: que Sua Majestade se engana. O barulho do rodar das muitas caleches sumptuosas, tiradas por dezenas de cavalos-vapor do mais puro sangue árabe, finamente ajaezados, não deixou Sua Majestade ouvir uma coisa: o estrondo da gargalhada homérica que saudou a sua partida da chamada «província».

Era o povo a rir daquela farsa toda.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vivo fora o implacável cronista da *Ilus're Casa* e, tirando o brilho e a escorreiteza de estilo que lhe haveria de imprimir, talvez não andasse muito longe desta a descrição que porventura nos fizesse da recente

deslocação do Governo à cidade do Porto, para aí se reunir em Conselho de Ministros.

Para lá dos traços grossos da caricatura evidente que esbocei, a qual não visa ofender seja quem for ...

O Sr. Riço Calado (PS): — Não, que ideia!

O Orador: — ... mas destacar o carácter errado e um pouco ridículo da iniciativa, interessa tirar do facto as conclusões políticas que o mesmo comporta. Creio que são as seguintes:

Em primeiro lugar, que o Governo, em vésperas de eleições para as autarquias locais, tomou a clara decisão de intervir directamente, como Governo, nessa campanha, e que começa a fazê-lo num momento em que ainda é vedado aos partidos políticos desenvolverem esse tipo de actividade, que a eles, e a eles só, competia. O que está mal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Muito mal!

O Orador: — Em segundo lugar, que o mesmo Governo pretende que essa sua decisão de reunir na chamada «província» seja interpretada como prática descentralizadora. O que é ingênuo. Descentralização não é deambulação do Poder.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Como eu próprio e outros Deputados sociais-democratas já acentuámos largamente neste hemiciclo, descentralização é reconhecimento, sem reticências, da existência de um verdadeiro poder local autónomo. O que passa pela criação de órgãos locais executivos e de fiscalização eficientes, com competências claramente definidas na lei e que disponham de uma concreta autonomia financeira.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Moura Guedes, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Todos nós estamos certamente deleitados ao ouvir a sua página queirosiana, mas eu olho para o relógio regimental e vejo também que estamos no ano III da Revolução. Falta-lhe apenas um minuto para terminar a sua intervenção. Faço-lhe esta cordial advertência porque o Sr. Deputado Vital Moreira veio há pouco à Mesa pedir que esta fosse rígida no cumprimento do horário regimental, visto que os Deputados comunistas desejam intervir ainda hoje.

Peço-lhe desculpa e queira continuar.

O Orador: — Sr. Presidente: Agradeço imenso a advertência de V. Ex.<sup>a</sup> Sem querer apelar para a jurisprudência, douta, aliás, dessa Mesa, que inclusivamente ontem concedeu sete minutos de dilação a vários oradores ...

O Sr. Presidente: — Sem oposição da Assembleia, Sr. Deputado.

**O Orador:** — ... tenho a dizer a V. Ex.<sup>a</sup> que dentro de um minuto e dez segundos terminarei.

*Risos do PSD e CDS.*

E continuo então:

Enquanto isto não for assegurado, em termos muito claros e precisos, não existirá verdadeiro poder local. E a verdade é que, não obstante todos os esforços desenvolvidos pelo Partido Social-Democrata, isso não aconteceu, até este momento, e os responsáveis por esse estado de coisas serão outros que não nós.

É importante que isto fique bem claro.

Não serão, assim, dispendiosas deslocações, como aquela de todo o Governo ao Norte do País, com o seu enorme séquito, que poderão ocultar esta realidade aos olhos do povo português.

O que o povo quer não é que o visitem — é que o deixem ser ele próprio a tomar nas suas mãos o seu destino e a mandar na sua terra.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — A minha esperança no futuro da democracia em Portugal assenta largamente na convicção de que o Partido Socialista acabará por entender que é assim mesmo.

*Aplausos do PSD e CDS.*

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado José Luís Nunes pediu a palavra. É certamente para solicitar esclarecimentos, não é verdade?

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — Era não só para isso, mas também para dar explicações.

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

**O Sr. José Luís Nunes (PS):** — A primeira explicação é a seguinte: do conhecimento que temos do funcionamento em Portugal dos rebanhos chegámos à conclusão de que só há dois tipos de animais que usam guizos.

*Risos do PS.*

O primeiro tipo de animais que usavam guizos eram, no tempo de antanho, os burros. O segundo tipo de animais que usam guizos são os carneiros ...

*Aplausos do PS.*

E o terceiro tipo de animais que usam guizos são, como está cientificamente demonstrado nas crónicas do marquês de Marialva, os touros, que, por serem daltónicos, marram sempre que vêem panos vermelhos.

*Aplausos do PS.*

O segundo esclarecimento que eu quero prestar é o seguinte: como ensina o jornalista e cronista Artur Portela Filho, «Eça é que é Eça».

O terceiro esclarecimento que quero prestar é este: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista saberá corresponder aos desejos do Sr. Deputado Moura Guedes.

A única pergunta que desejo fazer-lhe, Sr. Deputado, é a seguinte: o Sr. Deputado Moura Guedes

falou na Assembleia da República, ou o seu discurso dirigiu-se a alguma assembleia daquelas que aceitavam como válido o pedido do bacalhau a pataco?

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Moura Guedes quer responder àquilo que foi classificado pelo nosso colega como um pedido de esclarecimento?

**O Sr. Moura Guedes (PSD):** — Se permitisse e com a devida vénia, eu responderia.

**O Sr. Presidente:** — Mas o Sr. Deputado Carlos Lage também se inscreveu. Quer responder desde já?

**O Orador:** — Trataria de cada um na sua vez, como um magriço.

*Risos do PSD.*

**Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Diz o Sr. Deputado José Luís Nunes que os animais que usam guizos são os burros. Efectivamente, eu falei nos cavalos que iam no séquito, mas não disse que não fossem lá burros também.

*Risos e aplausos do PSD.*

Quanto ao facto de me perguntar se eu falei na Assembleia da República ou num comício eleitoral, eu tenho de dizer que falei na Assembleia da República, embora às vezes me seja difícil aperceber se estou na Assembleia da República, pois para isso muito tem contribuído o Sr. Deputado com algumas intervenções.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage. Peço-lhe que seja breve, porque faltam poucos minutos para chegarmos ao fim do período de antes da ordem do dia.

**O Sr. Carlos Lage (PS):** — Sr. Deputado: Quero fazer-lhe duas perguntas muito breves.

A primeira é se o Sr. Deputado vai passar a colaborar com quadros de mau gosto e ordinários do Parque Mayer.

**O Sr. Cunha Leal (PSD):** — Ouviu isto, Sr. Presidente?

**O Orador:** — A segunda pergunta é se o Sr. Deputado plágia na Assembleia ou é efectivamente a pessoa que dá pelo pseudónimo de Manuel de Portugal no jornal *O Tempo*.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Sr. Eduardo Vieira (PSD):** — Isso é para rir?

**O Orador:** — Já agora que o Sr. Deputado diz que vai tratar de cada um dos Deputados do Partido Socialista de cada vez, pergunto-lhe se, além dessa habilidade verbal que quis aqui exprimir na Assembleia, o Sr. Deputado tirou alguns cursos de *Kung-Fu* ou de artes marciais para tratar de cada um dos Deputados do Partido Socialista por sua vez?

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Moura Guedes, se quiser ter a bondade de responder, pode fazê-lo.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Sempre sucinto, responderei.

Risos.

Sr. Deputado Carlos Lage: Se efectivamente vier a orientar a minha vocação para a revista do Parque Mayer, terei em conta o Sr. Deputado para o convidar para *compère*.

Risos.

Quanto ao Manuel de Portugal não sei, não leio as suas crónicas, mas vejo que o Sr. Deputado costuma fazê-lo.

Há quem diga que o Sr. Deputado estaria desajustado, em algumas posições políticas, com o seu partido. Talvez esse desajustamento se revista em mais esse disfarce; e até penso que talvez possa ser o Sr. Deputado o Manuel de Portugal.

Risos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Creio que houve um lapso na nossa Constituição por não ter consagrado o direito ao riso, que é um direito fundamental da pessoa humana e que por vezes é salutar. Só que agora chegámos ao termo dos nossos trabalhos do período de antes da ordem do dia e temos de trabalhar.

Creio que havia mais inscrições para este período mas, lamentavelmente, não posso abrir exceções, até porque me pediram, há pouco, que fosse rigoroso no cumprimento do Regimento. Eu procuro ser rigoroso e também compreensivo.

*Nesta altura entram na Sala os Srs. Ministro da Educação e Investigação Científica (Sotomayor Cardia) e Secretários de Estado do Ensino Superior (Cruz e Silva) e da Investigação Científica (Tiago de Oliveira).*

## ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Vamos passar à ordem do dia com a apreciação dos pedidos de ratificação dos decretos-leis que estão em causa.

Antes, porém, vão ser lidos os relatórios da Comissão de Regimento e Mandatos relativos à suspensão do mandato dos Srs. Deputados Álvaro Barreirinhos Cunhal (PCP) e Albino Aroso Ramos (PSD).

Tem a palavra, para o efeito, o Sr. Deputado Alcides Monteiro.

O Sr. Alcides Monteiro (PS): — Vou ler o primeiro relatório e parecer. Diz o seguinte:

### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 26 de Novembro de 1976 foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1. Solicitada pelo Partido Comunista Português: Álvaro Barreirinhos Cunhal (círculo eleitoral de Lisboa), por António Marques Pedrosa. Esta suspensão é pedida temporariamente, pelo período de seis meses.

2. Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, incluindo a declaração de impossibilidade temporária apresentada pelo candidato não eleito que imediatamente se lhe seguia, verificou-se que o substituto indicado é real e actualmente o primeiro candidato ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo referido partido no respectivo círculo eleitoral.

3. Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4. Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, *Álvaro Monteiro (PS)* — Vice-Presidente, *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (PSD)* — Secretários: *Nuno Godinho de Matos (PS)* — *Alcides Strecht Monteiro (PS)* — *José Theodoro da Silva (PSD)* — *Francisco Barbosa da Costa (PSD)* — *Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS)*.

O segundo relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos é do seguinte teor:

### Relatório e parecer

Em reunião realizada no dia 26 de Novembro de 1976, pelas 11 horas, foi apreciada a seguinte substituição de Deputados:

1. Solicitada pelo Partido Popular Democrático/Partido Social-Democrata:

*Albino Aroso Ramos* (círculo eleitoral do Porto), por *António Moreira da Silva*.

2. Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é, real e actualmente, o primeiro candidato ainda não solicitado na ordem de precedência da lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo referido partido no respectivo círculo eleitoral.

3. Foram observados todos os preceitos regimentais e legais.

4. Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

A Comissão: Presidente, *Álvaro Monteiro (PS)* — Vice-Presidente, *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho (PSD)* — Secretários: *Alcides Strecht Monteiro (PS)* — *José Theodoro da Silva (PSD)* — *Francisco Barbosa da Costa (PSD)* — *Victor Afonso Pinto da Cruz (CDS)*.

Há um terceiro relatório e parecer, da mesma Comissão, que passo a ler. É o seguinte:

### Relatório e parecer

A comissão de trabalhadores do Banco Pinto & Sotto Mayor, no seu ofício de 14 de Outubro último,

informa que o Sr. Deputado Alcino Cardoso além de exercer esse cargo também é membro do conselho de gestão dessa instituição bancária, em exercício de funções, e solicita parecer desta Comissão, no sentido de se esclarecer se há incompatibilidade no exercício desses dois cargos.

A pedido deste organismo, a comissão de trabalhadores daquele Banco informa que o referido Deputado é membro do conselho de gestão, desde 2 de Fevereiro de 1976.

Nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 5/76, de 10 de Setembro, os Deputados, que sejam funcionários do Estado ou de outras pessoas colectivas públicas, durante o período do funcionamento efectivo da Assembleia da República, não podem exercer as respectivas funções e a alínea b) do n.º 1.º do artigo 17.º desse diploma determina que o Deputado, além de outros cargos para administração de empresa pública e nacionalizada, fica suspenso do mandato.

Em face dessa disposição, só se suspende o mandato se o Deputado «for nomeado». Porém, no caso em apreço, o Sr. Deputado visado já estava nomeado, na altura em que foi eleito, pois a sua nomeação para a comissão de gestão do Banco operou-se, em 2 de Fevereiro de 1976 e a eleição ocorreu em 25 de Abril seguinte.

Sempre assim se entendeu, no caso particular dos governadores civis, que têm perdido o mandato apenas aqueles que foram nomeados depois de serem Deputados.

Essa interpretação, ainda, pode ser reforçada pelo disposto no artigo 11.º da referida Lei n.º 5/76, pois, quanto a vencimentos, este normativo estabelece o princípio de que os Deputados que sejam funcionários do Estado ou de outras pessoas públicas podem optar pelos respectivos vencimentos e subsídios.

O direito a esta opção só se justifica se houver Deputados que sejam ao mesmo tempo funcionários do Estado ou de outras pessoas públicas.

Além disso, a própria Lei Eleitoral (artigos 5.º, 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 621-A/74, de 15 de Novembro) não prevê a inelegibilidade das pessoas que sejam funcionários do Estado ou de outras pessoas públicas.

Assim, e sem necessidade de mais explanações, somos de parecer não haver incompatibilidade entre as funções de Deputado do Sr. Alcino Cardoso e a sua qualidade de membro do conselho de gestão do Banco Pinto & Sotto Mayor, o que deverá ser entendido sempre que se verifiquem casos similares.

Palácio de S. Bento, 26 de Novembro de 1976. — A Comissão: Presidente, *Álvaro Monteiro* (PS) — Vice-Presidente, *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (PSD) — Secretários: *Nuno Godinho de Matos* (PS) — *Alcides Strechi Monteiro* (PS) — *José Theodoro da Silva* (PSD) — *Francisco Barbosa da Costa* (PSD) — *Victor Afonso Pinto da Cruz* (CDS).

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados: Temos agora que nos pronunciar sobre os três relatórios que acabam de ser lidos. Os dois primeiros referem-se aos pedidos de suspensão dos Srs. Deputados Álvaro Cunhal e Albino Aroso Ramos e às consequentes substituições. O terceiro relatório diz respeito a um parecer sobre incompatibilidade de funções.

Quanto aos dois primeiros relatórios há alguma coisa a opor?

**Pausa.**

Considero-os aprovados, verificadas que estão as suspensões e as consequentes substituições.

Quanto ao relatório sobre incompatibilidade entre o cargo de membro do conselho de gestão de um banco e o cargo de Deputado, sobre o qual a Comissão de Regimento e Mandatos se pronunciou no sentido de não se verificar incompatibilidade, pergunto também aos Srs. Deputados se têm algo a opor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente: Pedi a palavra apenas para dizer que esse parecer não carece de ser votado, na medida em que não foi impugnado o mandato do Sr. Deputado. Os pareceres da Comissão valem apenas para as pessoas que porventura poderiam querer impugnar o mandato do Sr. Deputado. Portanto, salvo melhor opinião, parece-me que não deve haver votação do parecer que ouvimos ler.

**O Sr. Presidente:** — Na verdade, creio ser essa a melhor opinião. Nestas circunstâncias não se procederá à consulta da Assembleia sobre o último parecer.

Não sei se o Sr. Ministro da Educação, que está presente, deseja usar da palavra. Gostaria, por isso, de ouvir a sua opinião.

**O Sr. Ministro da Educação (Sottomayor Cardia):** — Posteriormente, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Com certeza, Sr. Ministro. Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro e Srs. Secretários de Estado: Quando há dois dias a Comissão Parlamentar de Educação recebeu, a seu pedido, uma delegação dos conselhos directivos e das associações de estudantes do Ensino Superior, terminei esse encontro com um apelo que, aqui e agora no início do presente debate, quero repetir.

A Assembleia da República foi chamada a agir, de certo modo como mediadora, na busca das melhores soluções para resolver problemas da maior importância para o futuro da Universidade portuguesa.

É indispensável que o debate que se vai seguir seja caracterizado pela lucidez, pela isenção, pela tranquilidade de quem procura, mais do que resolver questões de momento, encontrar as soluções que garantam um futuro melhor. Que as coisas se passem deste modo, é certamente do interesse desta Assembleia, que, em qualquer caso, será, como já o tem demonstrado, impermeável a qualquer tipo de pressões. Mas é também do interesse da Universidade, dos seus alunos e dos seus professores, que o trabalho que vamos realizar possa ser levado a cabo num ambiente suficientemente calmo para que, todos juntos, sejamos capazes de encontrar para cada problema a justa solução que ele requer. De outra forma, se tal não vier a acontecer, dificilmente se poderá encontrar um sentido positivo no apelo implícito que os conselhos directivos e as associações de estudantes fizeram a

esta Assembleia ao pedirem para ser recebidos pela sua Comissão Parlamentar de Educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Cabe-me a mim, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, dar início a este debate.

Eu penso que todos os processos humanos são, no fim, grandes processos de libertação e daí que não estranhe, apesar de lastimar, o que se tem passado nas Universidades. Depois de um longo período de tutela administrativa, que se revelou asfixiante, libertaram-se os demónios de um falso conceito de autonomia que gerou situações de facto, de prepotência, de injustiça, de falsa lucidez colectiva, de efectiva desarticulação da realidade portuguesa, que, bem ao contrário de contribuir para uma necessária revitalização, mais ajudou, em tantos casos, a levar a mais elevados graus de degradação a situação já existente.

Nós, no CDS, também afirmámos, e com todo o vigor, que a autonomia da Universidade é necessária. Simplesmente não fazemos disto um mito, nem com esta ideia pretendemos mitificar ninguém.

A autonomia em que falamos deriva da linha do serviço e não da linha de privilégio, como, em tantas afirmações que por aí se vêem, é fácil de adivinhar.

E porque pensamos em autonomia, para melhor e mais eficazmente servir a sociedade portuguesa, afirmamos, muito claramente, que é preciso, em primeiro lugar, e eu diria até que é urgente, antes de tudo, curar a Universidade de tantos males que profundamente a feriram, para que ela reencontre o vigor de que tanto carece.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É pois uma realidade que ainda não vi ninguém contestar que a nossa Universidade está doente. Só que uns pensam que a doença não será tão vasta e grave como outros afirmam ser.

De qualquer modo, Srs. Deputados, o problema que se nos põe é o de saber se os decretos agora em apreciação serão, ou não, o remédio necessário e se, sendo-o, já que ninguém os contestou, haverá ou não que os purificar, para que os resultados obtidos sejam mais duráveis e para que as Universidades, reencontrando o seu caminho de serviço, possam assumir, a mãos ambas, a autonomia que lhes permitirá serem aquilo que todos necessitamos que sejam: grandes escolas de homens e de técnicos capazes de, continuadamente, irem pondo o saber ao serviço do homem português.

O CDS é particularmente sensível aos problemas que afectam o equilíbrio, o prestígio e a democraticidade nas Universidades. Com efeito, o meu partido conta entre os seus filiados um grande número de vítimas do que se tem passado, e nós não podemos esquecer todos aqueles que se viram impedidos de prosseguir os seus cursos por decisões prepotentes e injuntas de multidões arvoradas em novos tribunais totalitários, como, infelizmente, se deve afirmar que o foram tantas assembleias gerais de escolas.

Daí que, ao apreciarmos estes decretos, tivéssemos tido em conta todos os tipos de informações que nos foram chegando. Daí que um Deputado nosso, também ele membro da Comissão Parlamentar de Educação, tivesse estado presente, correspondendo ao convite feito a esta Assembleia, num dos plenários dos conselhos directivos e associações de estudantes. Daí que tivéssemos concentrado toda a nossa capacidade de análise no estudo dos decretos em apreciação.

Não admira, pois, que tivéssemos sido sensíveis, na generalidade destes decretos-leis, aos pontos que a seguir refiro:

- 1.º Instauração de órgãos verdadeiramente democráticos nos estabelecimentos do ensino superior;
- 2.º Consagração da competência, como condição fundamental para a prestação de um serviço efectivo e válido;
- 3.º Empenhamento efectivo de instituições científicas de investigação ou de representação profissional na ultrapassagem das dificuldades deste período de exceção;
- 4.º Criação tão rápida quanto possível, nos estabelecimentos de ensino superior e nas Universidades, de estruturas aptas para, no dia-a-dia, ou em futuras situações de crise, as habilitar a resolver os seus próprios problemas sem recurso a intervenções administrativas que, mesmo quando necessárias, terão de se considerar excepcionais e transitórias.

A nossa opinião e a nossa apreciação na especialidade, ou na generalidade, de cada um destes diplomas serão apresentadas por mim próprio e por outros Deputados do meu partido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro e Sr. Secretário de Estado: Quis neste momento deixar bem clara qual foi a óptica em que entendemos dever analisar estes diplomas chamados a ratificação.

Muito obrigado.

*Aplausos do CDS.*

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis.

O Sr. António Reis (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que é extremamente importante que durante este debate fique claro qual é o problema de fundo que está na base das diferentes posições que se tomam perante os decretos-leis do Governo Constitucional agora em apreciação. Esse problema de fundo, não o podemos iludir, é o problema da ligação que deve existir entre a Universidade e o Estado.

Sobre esta questão há várias concepções e várias práticas que derivam dessas mesmas concepções.

Importa não esquecer quais são essas concepções e quais são essas práticas. Importa também reflectir de que modo essas diferentes teorias, da relação entre a Universidade e o Estado, têm sido levadas à prática no nosso país, nomeadamente nestes últimos agitados anos em que temos vivido.

Teremos, em primeiro lugar, de considerar a visão anarquista da relação entre a Universidade e o Estado, que se caracteriza, sumariamente, pela tentativa de transformar a Universidade numa espécie de contra-poder em relação ao aparelho de Estado e de fazer dela um instrumento de luta ideológica para o derrubamento do Estado para, em seguida, proceder à sua substituição por um outro aparelho de Estado.

A concepção anarquista da relação entre a Universidade e o Estado é, evidentemente, o reflexo, no domínio localizado desse aparelho específico que é a Universidade, da concepção obreirista-anarquista da Revolução. Esta concepção teve em Portugal o seu curso.

Todos nós estamos recordados do que se tem passado na Universidade portuguesa ao longo destes anos e todos nós verificámos que muitos grupos e grupelhos houve que tentaram implantar a prática anarquista da relação entre a Universidade e o Estado.

Teremos, em segundo lugar, de considerar a conceção, que eu classificaria de anarco-totalitária, da relação entre a Universidade e o Estado. Esta conceção diverge da primeira, exclusivamente, na medida em que a prática anarquista é apenas um momento de um projecto totalitário em curso que se serve dessa prática como seu momento táctico inicial privilegiado. Também esta conceção teve os seus reflexos na vida da Universidade portuguesa.

A conceção totalitária, terceira conceção e terceira prática a considerar, foi evidentemente a que vigorou em Portugal durante a ditadura fascista, em que o Estado, pela sua própria natureza de Estado totalitário, tenta controlar integralmente a Universidade, fazendo dela, apenas, mais uma peça do seu domínio autocrático sobre os cidadãos.

A conceção liberal entre a Universidade e o Estado não tem tanta actualidade entre nós. Tem mais actualidade em algumas democracias burguesas e tenta fazer da Universidade uma instituição formalmente autónoma, mas que na realidade reflecte sempre a ideologia dominante do Estado burguês liberal.

Importa que nós, Portugueses, saibamos libertarnos destas concepções erróneas da relação entre a Universidade e o Estado e que, no momento em que começamos a construir em Portugal um Estado democrático, saibamos igualmente desenvolver um tipo de relação entre a Universidade e o Estado democrático inspirado em princípios democráticos. Isto significa que a Universidade deve ter a sua autonomia, mas uma autonomia sempre relativa, porque tem, em última análise, de ser fiscalizada, como todos os órgãos, pelos Órgãos de Soberania democraticamente constituídos. Esta conceção democrática implica, portanto, a rejeição de qualquer visão neocorporativista da Universidade. Significa que ela tem, de facto, de respeitar os Órgãos de Soberania democraticamente constituídos, sem prejuízo, como é evidente, da participação dos seus corpos próprios na gestão e na orientação pedagógico-científica.

Esta conceção democrática da relação entre a Universidade e o Estado tem de assentar numa democracia interna de instituição universitária autêntica, e não falsificada através de mecanismos que, a pretexto de uma democracia directa, subvertem toda e qualquer democracia representativa. Tem de assentar no critério do pluralismo ideológico, tem de assentar no critério da competência científica. Estes critérios são, aliás, sublinhados no preâmbulo de um dos decretos-leis agora em apreciação.

Esta conceção democrática implica que a Universidade tem de estar ao serviço do País, tem uma missão nacional a cumprir, da qual não se pode divorciar.

Os decretos em apreciação são, afinal de contas, os instrumentos legais mínimos para, finalmente, pormos cobro aos resquícios, ainda existentes, das concepções e práticas anarquistas e anarco-totalitárias que tiveram lugar ao longo destes anos na Universidade portuguesa. Mas são igualmente, e importa não o esquecer, antídotos contra o regresso de qualquer

tipo de concepção ou prática totalitária na relação entre a Universidade e o Estado.

O Sr. Carlos Lage (PS):— Muito bem!

O Orador: — Portanto, eles garantem que se abra finalmente caminho ao desenvolvimento de uma prática autenticamente democrática na relação entre a Universidade e o Estado.

Neste contexto, parece-nos extremamente ambígua e, quiçá, surpreendente a posição manifestada aqui pelos Deputados do Partido Comunista Português.

Eles no fundo reconhecem a necessidade de corrigir, dentro da Universidade, efeitos da prática anarquista de que, aliás, foram muitas vezes vítimas. Mas, por outro lado, pretendem reduzir a intervenção do Estado, na correção destes desvios, a um mínimo que poderá, em nosso entender, estar longe de ser minimamente eficaz para se pôr cobro a essa prática anarquista que todos aqui denunciamos.

Há, portanto, uma espécie de acordo de fundo, que, aliás, nunca é expresso em absoluto, devido a uma certa timidez, por parte dos Deputados do Partido Comunista Português, em darem a entender que no fundo, no fundo, até estão de acordo com as medidas do Ministro Sottomayor Cardia, mas há evidentemente desacordos de pormenor, desacordos formais.

Porquê? Porquê esta posição dotada da ambiguidade que acabei de caracterizar? Será que o PCP quer guardar, apesar de tudo, a possibilidade de manter alguns esquemas anarco-totalitários na relação entre a Universidade e o Estado, de forma a ter uma porta aberta para continuar ou recuperar o controlo da Universidade?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Essa é boa!

Risos.

O Orador: — Será que o PCP é, neste caso específico, demasiado sensível às pressões da sua base estudantil da UEC, que, diga-se, adopta na prática posições bastante mais radicais na Universidade, em relação a estas questões, do que as posições aqui manifestadas pelos Deputados do PCP? Ou será que outras razões levarão os Deputados comunistas a tomarem esta posição? E porque é que não reconhecem explicitamente, mas só implicitamente, afinal de contas, o valor positivo de fundo das medidas tomadas pelo Governo Constitucional através do seu Ministro Sottomayor Cardia?

De facto, permitam-me este parêntesis, tenho sentido que a contestação levada a cabo por parte do PCP à actuação do meu camarada Sottomayor Cardia não tem sido muito convincente. Trata-se mais, talvez, de uma forma de alimentar o fogo sagrado das suas bases contra um aspecto da política do Governo, de forma a evitar igualmente uma contestação global para a qual sentem que o momento ainda não é oportuno; trata-se, dizia, de uma forma de protestar contra determinadas medidas tomadas pelo meu camarada Sottomayor Cardia contra um poder excessivo que o PCP exercia dentro de várias estruturas do Ministério da Educação; trata-se de uma forma, na sua essência, de protestar contra a circunstância de lhes terem sido retirados alguns brinquedos que agora já não podem manejar. Diga-se ainda que

no fundo, no fundo, a contestação não é muito convincente.

O que está aqui em causa, afinal de contas? Pois está em causa esta questão muito simples: é que, efectivamente, os decretos-leis ora em apreciação são a introdução do 25 de Novembro, finalmente, na Universidade. E daí que as posições que o PCP toma em relação a estes decretos-leis tenham a sua analogia com a posição de fundo que o PCP também tem expresso com referência aos acontecimentos que levaram ao desfecho do 25 de Novembro.

Com estes decretos procura-se adoptar medidas rápidas e eficientes, sem dúvida nenhuma conscientemente duras, para pôr cobro a uma situação de anarquia que ameaçava gangrenar por completo a nossa Universidade.

Devo dizer que, pessoalmente, não me repugnaria até que essas medidas fossem ainda mais duras do que aquelas que o Ministro Sottomayor Cardia, benevolente, veio propor. E estou bastante à vontade para o dizer, porque nos encontramos dentro de um Estado democrático e, por isso, o tipo de posições e de relações que devem existir entre a Universidade e o Estado democrático são completamente diferentes daquelas que existiam entre a Universidade e o Estado fascista. De qualquer forma, essas medidas são as medidas mínimas necessárias para pôr cobro à anarquia dentro da Universidade.

Podem, todavia, estar tranquilos a esse respeito os Srs. Deputados comunistas: não se trata de institucionalizar eternamente uma situação de controle total da Universidade pelo Estado democrático. Estas medidas têm o objectivo, tal como o 25 de Novembro em relação às forças armadas e em relação ao País em geral, de, através da progressiva implantação de um novo esquema de relação e através da prática institucionalizada da democracia, se passar a implantar com rigor, com solidez e sem qualquer tipo de falsificações uma relação autenticamente democrática entre a Universidade e o Estado.

E é assim que o Partido Comunista, quando vem dizer que no fundo estas medidas até se justificam, mas tem medo que se tenha ido longe de mais, está a adoptar um tipo de crítica e um tipo de reserva extremamente tímidas, porque, de uma forma ou outra, os comunistas nunca contestaram frontalmente, pelo menos a partir do momento em que deixaram de ter responsabilidades governativas determinantes, a prática anarquizante que se tinha institucionalizado na Universidade. E, por isso mesmo, em vez de virem agora saudar abertamente o carácter positivo, de fundo, destas medidas, preferem adoptar a posição envergonhada de virem pôr apenas em causa alguns aspectos de forma destas mesmas medidas.

Será que o PCP virá a tomar sobre estes decretos-leis a mesma posição que tomou ao longo do nosso processo revolucionário em relação à Constituição da República Portuguesa, ou seja, começar por fazer algum tipo de reservas, de críticas, uma tentativa de subalternizar a Constituição, para depois, mais tarde, vir a transformar-se no mais intransigente defensor da Constituição? Será que veremos daqui por algum tempo, depois de ratificado este decreto-lei tal como e apresentando-se como os mais lídimos e os mais intransigentes deputados comunistas convertidos igualmente, analógicamente ao que se passou em relação à Constituição, e apresentando-se como os mais lídinos e os mais in-

transigentes defensores destes decretos-leis, e nessa altura, provavelmente, contra a tentativa de forças de outra banda de porem em causa estes mesmos decretos-leis?

*Risos.*

Pois se assim for, pessoalmente dar-me-ei por muito contente.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Eu creio que tem pouco interesse estarmos a debater pontualmente as medidas preconizadas nos decretos-leis ora em apreciação.

A definição clara, sem subterfúgios, em relação a esta questão de fundo é que importa fazer aqui. E é assim que o meu partido vai, em relação a este ponto, como seria natural e legítimo, defender a ratificação sem emendas dos decretos-leis, até porque todos nós conhecemos o apoio nacional que ultrapassa largamente o apoio partidário de que disfruta hoje em dia o Governo, e nomeadamente, no caso vertente, o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isso é verdade!

O Orador: — O próprio País não compreenderia, certamente, que esta Câmara fizesse reservas que, de algum modo, pudessem pôr em causa o trabalho do Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica, pelo que, uma vez ratificados sem emendas estes decretos-leis, a Universidade terá de respeitá-los, e estou convencido de que a maioria dos corpos que a constituem irão, na verdade, respeitá-los, e por isso a minoria ...

*Neste momento deu-se uma avaria no sistema de som da Sala.*

O Sr. Presidente: — Já temos de novo som, Sr. Deputado. E queira concluir, porque se esgotou o seu tempo.

O Orador: — Com certeza, Sr. Presidente. Estou a concluir.

E por isso, ia dizendo, estou convencido de que a Universidade, na sua maioria, irá, sem dúvida nenhuma, aceitar os decretos-leis e pôr em prática as medidas que eles preconizam, e que a minoria, se não quiser respeitar a decisão tomada pelo Governo e ratificada pela Assembleia da República, sofrerá as inevitáveis consequências do desrespeito pela autoridade democrática do Estado.

Nesse sentido, o meu partido apoiará todas as medidas que o Governo entender pôr cá fora para obrigar a minoria universitária estudantil a respeitar a maioria e a respeitar a autoridade democrática do Estado democrático português.

Tenho dito.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado José Luís Nunes está inscrito. Para que efeito pediu a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. José Luís Nunes (PS): — Para intervir no debate.

O Sr. Presidente: — Para intervir no debate? Está inscrito, Sr. Deputado.

Para solicitar esclarecimentos, inscreveram-se os Srs. Deputados Vital Moreira, Manuel Gusmão, Acácio Barreiros, Zita Seabra e Nuno Abecasis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Deputado António Reis: Creio que, ao contrário da energia eléctrica, o ouvi sem interrupções.

Contudo, não deixei também de ficar surpreendido com o facto de, em vez de ter ouvido aquilo que seria legítimo esperar, isto é, argumentar ou contra-argumentar sobre os argumentos e as propostas que aqui trouxemos, se ter furtado sistematicamente a isso e ter, ao fim e ao cabo, ladeado completamente as questões.

Referiu o Sr. Deputado — e, das muitas questões que a sua intervenção suscitaria, vou tocar apenas nas mais importantes —, nomeadamente, o seguinte: considerando que este decreto-lei não vem aumentar nem diminuir as atribuições que competiam às escolas, nem vem retirar poderes que tivessem ou atribuir poderes que não tivessem; considerando que o decreto-lei da gestão se limitou a alterar o modo de exercício das atribuições que as escolas já tinham: queria perguntar-lhe que relação é que isto tem com as afirmações do Sr. Deputado acerca da autonomia das escolas, já que este decreto não veio tocar exactamente na esfera das atribuições da escola em relação ao Estado.

Considerando que o decreto-lei se limitou a regular de outro modo a forma de os órgãos competentes exercerem os poderes que as escolas já tinham, que passaram a ser exercidos não por um único órgão eleito — o conselho directivo —, como acontecia até agora, mas por um órgão não eleito, como é o conselho de professores, baptizado de conselho científico, eu queria perguntar-lhe em que concepção da relação Estado-Universidade é que se integra esta nova solução que entrega os poucos poderes que as escolas já tinham, e continuam a ter, não, na maior parte, a um órgão eleito, mas a um órgão nato, isto é, a uma certa categoria, a um certo estado profissional, e se, portanto, esta concepção não se integra naquilo que é técnica, política e historicamente uma concepção feudal da Universidade, como seja atribuir certos, poucos, poderes a um estrato, a um órgão nato.

Perguntava-lhe ainda se tem algo a ver com a vida democrática das escolas o entregar a maior parte dos poucos poderes que as escolas têm a um órgão não eleito, não representativo, constituído por uma pequena parte de um dos três corpos da Universidade.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado deve terminar.

O Orador: — Quanto a saber qual será a nossa atitude em relação aos decretos em causa, devemos sublinhar e perguntar ao Sr. Deputado se não é verdade que nós, ao contrário de outros, não dizímos, quando não estávamos no Governo, «todo o poder às escolas», e não passámos a dizer, quando estávamos nele, «nenhum poder às escolas».

A nossa posição foi sempre aquela que aqui defendemos e que defendemos quando tínhamos alguma influência na matéria da política do ensino, ou quando deixámos de a ter ou quando passarmos a tê-la outra

vez. Do que se trata, enfim, é de saber, sobre aqueles que ontem gritavam «todo o poder às AGE» e que hoje dizem «nenhum poder às AGE» e «nenhum poder aos órgãos eleitos da escola», que expectativas nos podem dar de amanhã cumprirem os seus próprios decretos.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado Vital Moreira.

O Orador: — Porque me falta o tempo, apenas mais uma questão, Sr. Deputado.

Acontecerá, acaso, que, por medidas mais duras do que aquelas que têm sido tomadas, o Sr. Deputado entende que em vez de obrigar os estudantes a irem fazer exames ao governo civil é ainda solução mais aceitável a de substituir os professores pelo próprio governo civil?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado António Reis, deseja responder separadamente a cada um dos seus interpellantes?

O Sr. António Reis (PS): — Eu julgo que é mais simples, Sr. Presidente, uma vez que certamente cada um dos interpellantes deve ter tantas perguntas como as que o Sr. Deputado Vital Moreira teve a bondade de me dirigir.

*Risos.*

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Só fiz quatro perguntas.

O Sr. Presidente: — Não poderá é ter tantos minutos. Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. António Reis (PS): — Aliás, folgo muito em voltar novamente a estes diálogos com o Sr. Deputado Vital Moreira.

Devo dizer, em primeiro lugar, que de forma alguma procurei furtar-me à questão em debate. Pelo contrário, pretendi enquadrá-la na questão de fundo que condiciona as diferentes posições que sobre estes problemas podemos vir aqui a escutar. Diga-se, até, que um espírito universitário tão brilhante como o Sr. Deputado Vital Moreira deveria ter igualmente esta tendência para deixar a visão simplesmente microscópica das questões e enquadrá-las na visão macroscópica.

*Risos do PCP.*

Seja como for, e sobre a primeira questão que o Sr. Deputado me coloca, há a dizer que ela tem apenas a sua razão de ser relativamente a um dos decretos em apreciação, e não quanto aos outros dois decretos, que, como aqui foi afirmado pelos Srs. Deputados do PCP, postulam um determinado intervencionismo estatal dentro da Universidade, pelo que toda uma parte da minha intervenção de fundo, que se fez na generalidade sobre os três decretos, foi articulada em torno desse problema da legitimidade ou não legitimidade do intervencionismo estatal na Universidade.

Antes de passar à questão seguinte, cumpre-me sublinhar, e já agora não posso deixar de o notar, que o Sr. Deputado Vital Moreira reconhece que o decreto da gestão não limita, afinal, a autonomia da

Universidade, pois se limita a alterar, digamos assim, um certo modo de exercício dessa autonomia dentro da Universidade. Isso é extremamente positivo, Sr. Deputado.

Por outro lado, e com referência a este ponto, o Sr. Deputado Vital Moreira considera que o facto de se dotar o conselho científico das Universidades de toda uma série de atribuições é uma forma de, no fundo, transformar de novo a Universidade num feudo, num Estado dentro do Estado, e de violar a concepção democrática da relação entre a Universidade e o Estado que eu aqui defendi. Devo dizer ao Sr. Deputado que o conselho científico é um órgão não eleito — e ainda bem, porque a competência não se elege, a competência avalia-se — ...

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Nunca ninguém afirmou o contrário.

**O Orador:** — ... cujas atribuições se exercem relativamente à matéria que exige essa competência científica e, como tal, não pode estar sujeita à eleição, mas apenas à avaliação. E o controlo dos resultados do exercício dessa competência cabe, em última análise, ao Estado democrático, através dos seus instrumentos próprios, através da Assembleia da República, do Governo, do Ministério da Educação e Investigação Científica ...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas ...

**O Orador:** — Eu não o interrompi, Sr. Deputado, e agradeço agora que não me interrompa.

Esse controlo acaba, evidentemente, por salvaguardar qualquer eventual distorção que, na prática, o exercício dessa competência dos conselhos científicos venha a acarretar. O Estado estará atento.

No que respeita ao slogan «todo o poder às escolas», direi que o meu partido nunca o adoptou. Não sei a que alude o Sr. Deputado, mas não encontrará, por certo, em nenhuma declaração do Partido Socialista a defesa desse slogan.

Quanto às medidas duras ou ainda mais duras que eu proporia, pois devo acrescentar que a medida tomada pelo Ministério da Educação sobre os exames de Bioestatística, que tiveram lugar no Governo Civil do Porto, foi uma medida absolutamente necessária, a única eficaz para cumprir a determinação ministerial. Se se vierem a verificar casos em que medidas semelhantes tenham de ser tomadas, elas serão tomadas, pois o Estado tem autoridade democrática que legitima a possibilidade de vir a aplicar essas medidas. Se outras medidas ainda mais duras do que essa forem necessárias, não, evidentemente, na fórmula, um tanto irónica, que o Sr. Deputado aqui tentou expressar, para caricaturar a minha intervenção, mas de uma forma que ressalve sempre, em todo o caso, a eficácia da autoridade do Estado, elas serão evidentemente tomadas.

Tenho dito.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Manuel Gusmão, tem três minutos para formular os seus pedidos de esclarecimento.

O Sr. Manuel Gusmão (PCP): — Sr. Deputado António Reis: É evidente que nós não nos refugiamos numa visão microscópica, mas concreta, e que a visão falsamente caracterizada de macroscópica a que se referiu é simplesmente uma manobra táctica para fugir à discussão dos decretos em questão.

Queria portanto perguntar-lhe se quando referiu que, para nos tranquilizar, o controlo total não se eternizaria sobre a Universidade, essa sua própria expressão não significa que estes decretos visam esse controlo total sobre a Universidade.

Em segundo lugar, pergunto se, ao caracterizar a relação liberal burguesa e ao ter referido a situação de uma Universidade com uma aparente democratização interna — mas que serve para veicular a ideologia dominante —, o Sr. Deputado não concorda que o mínimo que se poderá dizer como consequência destes decretos é que eles tendem a recuperar aquilo que foram as inovações pedagógicas e renovação científica na Universidade ...

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — A nova burguesia!

**O Orador:** — ... para a adequar à veiculação da ideologia burguesa — mesmo que não propriamente a ideologia fascista. E para não ficar nesta visão, aparentemente apenas macroscópica, eu referia-lhe outros acontecimentos. Por exemplo, estes decretos enquadram-se evidentemente num discurso e num processo legislativo do Ministério da Educação e Investigação Científica.

Se isto é ou não verdade, eu dava-lhe outros elementos para considerar. Por exemplo, o tipo e a importância concreta dada a certas escolas universitárias novas, como o caso concreto da importância dada ao Instituto Universitário de Évora e ao processo de liquidação da Escola Bento de Jesus Caraça. Outro dado ainda, e em relação aos planos de curso do ISCP. Os planos de curso que não são aceites pelo Ministério são: os estudos urbanos e regionais e o que antigamente se designava por economia agrária. Se, além disto, nós pensarmos que foram precisamente homologados recentemente cursos de Ciências Sociais e Políticas na Universidade Católica de Lisboa, pergunto-lhe se tudo isto, enquadrado com os pontos concretos e fundamentais dos decretos que ontem pusemos em causa, não visa precisamente essa estratégia de recuperação burguesa da Universidade.

Uma terceira questão é se considera que o esvaziamento total de qualquer poder deliberativo das assembleias gerais de escola, o modo de eleição do conselho directivo, a instituição do conselho disciplinar ... E não falo já — embora as suas perguntas não tenham respondido à questão — em relação ao conselho científico, uma vez que o problema que se põe em relação a este não é tão-só o de eleger a competência, o problema está em reivindicar aquela competência, não só para uma parte do corpo docente mas para outros docentes. Foi a isso que o Sr. Deputado não respondeu.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Manuel Gusmão, já há reclamações de colegas nossos pelo uso, e neste caso abuso, do seu tempo. V. Ex.<sup>a</sup> já o escoou há momentos. Tem trinta segundos para concluir e findo

esse tempo serei obrigado, com muita mágoa, a retirar-lhe a palavra.

**O Orador:** — Em face destas questões concretas e fundamentais, que não são questões formais, como o Sr. Deputado pretendeu insinuar — e isso é necessário à sua táctica aqui na Assembleia da República —, como é que pode deduzir o acordo de fundo do Partido Comunista Português a estes decretos?

**O Sr. Presidente:** — Tenha a bondade, Sr. Deputado António Reis. Dispõe também de três minutos.

**O Sr. António Reis (PS):** — As questões colocadas pelo Sr. Deputado Manuel Gusmão, no fundo, resumem-se nisto: saber se estes decretos — e depois, além dos decretos, referiu uma série de medidas concretas tomadas em relação a algumas instituições universitárias — estão ou não ao serviço de uma conceção liberal de relação entre a Universidade e o Estado, que visa uma recuperação burguesa da Universidade. Esta é evidentemente uma questão macroscópica e uma questão de fundo. Ainda bem que o Sr. Deputado se coloca nesse plano.

**O Sr. Manuel Gusmão (PCP):** — Não só!

**O Orador:** — Evidentemente que tudo isso nos leva à tal discussão de fundo: saber se no fundo a democracia política, a democracia representativa, tem de ser forçosa e automaticamente identificada com a democracia burguesa e se o exercício do pluralismo é ou não um instrumento da ideologia dominante da classe burguesa. Esta é evidentemente a questão de fundo. Verifico, pelo implícito que há na formulação da questão posta pelo Sr. Deputado, que o Partido Comunista Português ainda não abandonou essa tentação de identificar pluralismo e democracia representativa com dominação burguesa, tentação essa que teve o seu auge o ano passado e que esteve bem expressa na entrevista concedida pelo Secretário-Geral Álvaro Cunhal à jornalista italiana Oriana Falacci.

Era bom que a reconversão táctica que o Partido Comunista tem empreendido se traduzisse também numa reconversão ideológica.

**Vozes do PS e PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Esta é, no fundo, a questão e deste modo respondi.

Quanto à questão das competências, limito-me a reproduzir aquilo que já aqui afirmei.

Quanto à questão mais concreta que o Sr. Deputado pelo distrito de Évora colocou, tanto quanto eu sei o Sr. Deputado conhece certamente com mais pormenor esses casos. Eu sou Deputado pelo distrito de Santarém, não conhecerei os casos relativos ao distrito de Évora.

Está ali o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior que, se entender, poderá dar-lhe uma explicação sobre o que se passou em relação ao Instituto Universitário de Évora.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, também para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Acácio Manuel de Fries Barreiros.

*Risos.*

**O Sr. Acácio Barreiros (UDP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, queria cumprimentar o Sr. Deputado António Reis ...

*Risos.*

... pela clarificação e politização que trouxe a este debate e dizer-lhe, desde já, que há uma coisa em que estamos de acordo: é que estes decretos-leis são a introdução do 25 de Novembro na Universidade.

*Aplausos do PS.*

Só que o tom ameaçador com que o Sr. Deputado terminou a sua intervenção me faz colocar uma primeira questão. Dada a oposição que plenários universitários e estruturas universitárias têm tido para com estes decretos, já estarão mesmo a pensar mandar o Jaime Neves e os seus chaimites levar estes decretos às Universidades?

**O Sr. Deputado:** levantou outra questão sobre as relações totalitárias entre o Estado e a Universidade. Ora é um bom exemplo de uma relação totalitária a forma como estes decretos foram elaborados, sem ouvir quem quer que seja, e não só, recusando-se mesmo a ouvir quem quis colaborar nesses decretos — nomeadamente o Sr. Director-Geral do Ensino Superior e o Secretário de Estado do Ensino Superior, dizendo ao Secretariado das Escolas de Engenharia que nenhuma escola seria ouvida quanto às actuais medidas, e nomeadamente o Sr. Ministro Sottomayor Cardia, expulsando do seu gabinete a mesa do Primeiro Encontro Nacional de Comissões Directivas por terem o atrevimento de quererem lá ir colaborar na elaboração dos decretos. Não são estes dois bons exemplos dessa relação totalitária a que o Sr. Deputado se referiu?

Faço só estes dois pedidos de esclarecimento, dado que outros já foram feitos.

**O Sr. Presidente:** — Queira responder, Sr. Deputado António Reis.

**O Sr. António Reis (PS):** — Sr. Deputado Acácio Barreiros, posso tranquilizá-lo, porque, se evidentemente foi necessário há um ano o Sr. Coronel Jaime Neves sair para a rua à frente dos Comandos, isso aconteceu para neutralizar uma tentativa de sublevação militar armada, de outras forças. Não creio que neste momento existam pára-quedistas dentro da Universidade ...

*Risos.*

... que pretendam de forma alguma conquistar o poder dentro da Universidade. Existirá outra espécie de pára-quedistas, certamente, sem capacetes, sem G-3, ...

*Risos.*

... e não será, portanto, certamente necessário enviar o Sr. Coronel Jaime Neves à frente dos Comandos para dentro da Universidade. Há também, aliás, outros métodos mais discretos e muito mais eficazes ...

*Risos.*

... de fazer respeitar a autoridade democrática do Estado dentro da Universidade.

Quanto aos decretos, queixa-se o Sr. Deputado Acácio Barreiros e queixam-se algumas estruturas académicas de que ninguém foi ouvido. Esquece-se o Sr. Deputado de que para uma actuação eficiente, rápida, não podemos estar a compadecer-nos com processos morosos de elaboração legislativa, até porque o Sr. Ministro Sottomayor Cardia, em relação a esta questão, se não contava com o apoio de várias estruturas universitárias, que o Sr. Deputado referiu, conta certamente com o apoio da esmagadora maioria do povo português, e isso lhe basta para levar a cabo a sua actuação legislativa sem ter necessidade de passar por todas essas estruturas a que o Sr. Deputado se referiu.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Desse modo, a relação totalitária entre a Universidade e o Estado não foi de forma alguma aquela que se expressou através da actuação do Sr. Ministro Sottomayor Cardia, que aliás, se quiser, irá esclarecer o incidente a que o Sr. Deputado se referiu e que de resto foi bastante caricato e deixou bastante mal colocados esses representantes da Universidade, que publicamente demonstraram a sua falta de jeito para os contactos com o Sr. Ministro da Educação.

*Risos.*

Mas de qualquer forma, como lhe disse, desde que se conte com o apoio esmagador da maioria do povo português, desde que se conte com o apoio dos Órgãos de Soberania, a relação democrática entre a Universidade e o Estado fica salvaguardada.

Agora, quem tenta subverter essa relação democrática, tentando, através da constituição de grupos de pressão minoritários, levar o Governo a tomar posições que não são as posições da maioria do povo português, esses, sim, estão a tentar veicular uma relação totalitária entre a Universidade e o Estado.

*Aplausos do PS.*

*Neste momento assume a presidência o Sr. Presidente Vasco da Gama Fernandes.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Tive todo o gosto em ouvir o Sr. Deputado António Reis fazer uma explanação, uma conferência, que poderia ser feita hoje, amanhã, há dois meses atrás, com estes decretos ou sem estes decretos, sobre uma série de formas e de concepções vazias de conteúdo, esquecendo a realidade do que são estes três decretos, demonstrando, no fundo, a incapacidade de pronunciamento sobre o concreto do conteúdo destes decretos que estão à discussão.

Não é nova essa dificuldade, nós já a conhecímos das escolas, elementos do seu partido têm tido essa mesma dificuldade, porque efectivamente, quando se discute no concreto estes decretos, é extremamente difícil integrá-los nas concepções teóricas, filosóficas e gerais que certamente o Sr. Deputado tem e que certamente muitos outros membros do Partido Socialista têm, inclusive o programa do vosso partido.

No entanto — apesar da muita dificuldade em que essa sua intervenção genérica e desprovida de análise concreta do decreto me coloca —, ponho-lhe uma questão muito concreta, que é a de saber qual a sua posição em relação ao conselho científico, porque efectivamente nós consideramos a existência do conselho científico, um órgão que não é eleito, um órgão que não responde perante ninguém, como uma questão de fundo. É um órgão que acaba com a gestão democrática, um órgão que põe em causa a própria gestão democrática, um órgão que ninguém avalia — contrariamente ao que o Sr. Deputado disse —, que nem sequer é eleito nem avaliado, porque ele existe por inherência de cargo.

Qual é, pois, concretamente, a sua posição sobre esta questão de fundo, que é uma das principais questões que está a ser levantada pelos estudantes, pelos professores, pelos assistentes e pelo nosso partido, na análise concreta do decreto?

Para que não vá novamente para concepções teóricas e vazias — que não têm em conta a realidade do decreto —, queria só referir que, por exemplo, na aplicação desse decreto e dessa norma do decreto, na Faculdade de Economia de Coimbra só há um professor que constitui o conselho científico. Só há um único doutorado. Pergunto se o Sr. Deputado considera que esse único doutorado — independentemente de quem ele é, independentemente da sua competência — está em condições de garantir a democratização dentro da escola, de garantir um plano de estudos para todos os cursos e avaliação de todos os planos de estudo dessa Faculdade, se está em condições de ele sozinho dividir os horários do corpo docente, planos de serviços, etc., que no fundo são o essencial da gestão democrática.

E nos hospitais civis, onde não há nenhum doutorado, quem é que vai constituir esse conselho científico e a cargo de quem é que efectivamente estará a gestão democrática ou, neste caso, a gestão autoritária das escolas?

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Reis.

**O Sr. António Reis (PS):** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra entendeu a minha intervenção neste hemicycle como uma espécie de conferência, quase que me promoveu a membro do conselho científico de alguma escola universitária deste país.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Não era mau!

*Risos.*

**O Orador:** — Devo dizer-lhe que nunca passei de assistente da Universidade, e mesmo assim por pouco tempo. Só teria direito, quando muito, a fazer parte de um conselho pedagógico.

Efectivamente, tentei durante a minha intervenção exercer alguma ação pedagógica sobre os Srs. Deputados do Partido Comunista Português.

*Risos.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Agradecemos.

**O Orador:** — Pois eu creio que a Sr.<sup>a</sup> Deputada está excessivamente e desnecessariamente preocupada com a forma de constituição, competência e resultado dessa competência por parte dos conselhos científicos.

Mas desde já lhe digo que se, evidentemente, houver conselhos científicos por essa Universidade que se revelem nitidamente incompetentes perante a opinião pública, perante todo o País, pois o Governo tem de intervir, isso é evidente, do mesmo modo que teve de intervir para pôr ordem e para reestruturar escolas em que, com ou sem conselhos científicos — organizados como estavam —, se verificou o estado de anarquia, de indisciplina e de incompetência generalizada.

Não tenha preocupações em relação a isso. O Estado democrático tem sempre anticorpos suficientes para evitar essas gangrenas localizadas.

De qualquer forma, em relação ao caso concreto que coloca, da Faculdade de Economia de Coimbra, o Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior estará em melhores condições do que eu para esclarecer. Mas devo dizer-lhe uma coisa: pessoalmente entendo que, se há uma escola superior deste país que só tem no seu corpo docente um doutorado, essa escola não está em condições de funcionar.

**Vozes do PS, PSD e CDS:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis para um pedido de esclarecimento, segundo suponho.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Sr. Deputado António Reis: Ouvio-o com muita atenção e com algum prazer, visto que me parece que de facto quando estamos a discutir estes diplomas na generalidade, e é o caso presente, devemos estar nos macroproblemas e não nos microproblemas. E é exactamente disso que lhe ia falar.

O Sr. Deputado ao terminar a sua exposição manifestou um certo receio de que o prestígio e o apoio que o Sr. Ministro Sottomayor Cardia tem, e inegavelmente o tem, pudesse ser de alguma forma abalado se a ratificação destes diplomas fosse dada com emendas.

Ora, nós apresentámos emendas. E já tornámos aqui bem claro que consideramos que a actuação do Sr. Ministro Sottomayor Cardia ultrapassou os limites de um partido. E consideramo-la bem uma actuação nacional. De maneira que não podia de algum modo deixar pairar nesta Assembleia a ideia de que o apoio a uma pessoa possa significar a colagem a essa mesma pessoa, particularmente se ela for um Ministro.

**Uma voz do CDS:** — Muito bem!

**O Orador:** — Nós entendemos que a melhor maneira de apoiar é dar um contributo positivo para a resolução dos problemas. E mais do que isso: entendemos que de uma forma ou de outra, no momento em que entra nesta Assembleia qualquer diploma para ratificação, é obrigação de todos nós fazer com que esse diploma saia daqui aperfeiçoado em relação à maneira como ele aqui entrou. E nisso não vemos, e queremos declará-lo publicamente, que haja qualquer diminuição, assim como não queremos que qualquer sombra possa pairar sobre as intenções de quem está no Governo e fez o decreto-lei. Mas penso que isto é de facto um macroproblema sobre o qual nos deveríamos entender.

É das atribuições desta Assembleia legislar directamente ou por iniciativa de outro Órgão de Soberania. Neste caso trata-se de uma iniciativa de outro Órgão de Soberania, mas que em nada diminui a nossa obrigação de aperfeiçoar os decretos e de ouvir as vozes que aí é nós chegam. Aliás, se o Sr. Deputado analisar as propostas que entregámos, verificará que elas são substancialmente diferentes das que foram entregues por outras pessoas. Não me compete a mim ajuizar das ideias de quem apresentou outras alternativas, mas no que diz respeito às nossas pode ter a certeza de que a intenção não é de modo algum contestar a validade destes decretos, mas introduzir-lhes aperfeiçoamentos que pensamos indispensáveis.

**O Sr. Presidente:** — Para responder ao pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Reis.

**O Sr. António Reis (PS):** — Eu devo dizer ao Sr. Deputado Nuno Abecasis que, evidentemente, nenhum diploma, de qualquer Governo, é um diploma integralmente perfeito. Como dizia aqui há tempos um camarada meu, o Sr. Deputado Mendes Godinho, só a lei de Deus é perfeita, para quem é crente.

Mas a questão política ou macropolítica, já que o Sr. Deputado também é sensível a este plano de colocar as questões, que aqui se nos põe é exactamente esta: se o CDS entendesse que havia de facto coisas importantes a modificar nestes decretos-leis certamente que se teria antecipado, ou, pelo menos, ao mesmo tempo que o Partido Comunista teria igualmente pedido que estes decretos-leis fossem sujeitos à ratificação desta Assembleia. Não o fez. Por que é que o CDS vem então aproveitar-se da iniciativa dos Srs. Deputados comunistas para introduzir essas emendas, esses aperfeiçoamentos? Há aqui qualquer coisa que eu de facto não entendo.

**O Sr. Presidente:** — Como o Sr. Deputado Nuno Abecasis sabe, eu não lhe poderei conceder a palavra para um novo pedido de esclarecimento, mas se quiser estabelecer um diálogo, naturalmente consentido, com o Sr. Deputado António Reis, eu não tenho nada a opor. Agora conceder-lhe a palavra para um novo pedido de esclarecimento é que não posso fazer.

**O Sr. Nuno Abecasis (CDS):** — Não, não, é só para o diálogo de facto.

Pois, Sr. Deputado, com certeza que é legítimo aproveitar a iniciativa de qualquer partido. Devo-lhe dizer até, muito honestamente, que foi já depois de apresentado o pedido de ratificação que começaram a chegar a esta Assembleia muitas exposições e até pedidos de audiência. Mas o que lhe posso dizer é que de uma maneira ou de outra as emendas que entendemos introduzir resultaram de um estudo muito profundo e muito sério dos problemas que nos estavam postos.

Se não fomos mais rápidos, noutras alturas temo-lo sido.

**O Sr. António Reis (PS):** — Sr. Deputado: Nesse caso, francamente eu devo dizer-lhe que não me parece muito curial, sem pôr em causa a legitimidade da vossa iniciativa, que um partido como o CDS venha trazer para esta Assembleia, ou para a sua Comissão especializada, um debate sobre esta questão a propó-

sito da iniciativa do Partido Comunista.

Bom, é um problema vosso ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não é!

O Orador: — Eu, de qualquer modo, como dirigente do Partido Socialista, fico muito contente com o trunfo eleitoral que, por essa iniciativa da vostra parte, VV. Ex.<sup>as</sup> nos concedem.

De qualquer forma eu devo dizer que há outros processos de, sem estar a sobrecarregar esta Assembleia, que tão sobrecarregada anda com estas questões de pormenor ...

O Sr. Vital Moreira (POP): — De pormenor?

O Orador: — ... fazer chegar ao Ministério da Educação todas estas sugestões que os Srs. Deputados do CDS considerem úteis.

Os decretos não têm uma vigência eterna, haverá certamente ocasião para mais tarde virem a ser modificados de acordo com o critério do Governo, tendo em conta as sugestões que outras forças políticas forem endereçando, e sobretudo as consequências da prática que a aplicação do decreto vier a produzir. Para já, afigura-se-nos que os decretos em questão respondem às questões essenciais, que não devem ser modificados, porque são, tal como estão, já instrumentos adequados para resolver os problemas que temos de resolver. Deixemos ao futuro o encargo de vir a corrigir aquilo que eventualmente se venha a manifestar como desajustado.

Agora, não me parece francamente oportuno estarmos a sobrecarregar os trabalhos desta Assembleia com discussões de pormenor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — De pormenor?

O Sr. António Reis (PS): — Estou a responder aos Srs. Deputados do CDS e não a V. Ex.<sup>a</sup>

O Sr. Presidente: — Está criado um novo sistema de aproveitamento dos diálogos para fazer novas intervenções, mas, já que elas estão a ser feitas, o Sr. Deputado Nuno Abecasis, que pede a palavra, tenha a bondade. Mas peço-lhe que seja breve.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente: Agradeço a sua benevolência e vou ser muito breve.

De facto, isto dos problemas importantes ou não depende da opinião das pessoas. Nós até o consideramos importante.

Quanto à oportunidade, pensamos que qualquer oportunidade é boa para corrigir alguma coisa. Mas queria-lhe pôr uma pergunta, ou melhor, uma afirmação: E suponha que nós não concordamos ou até podemos estar em grave discordância com algumas das emendas que foram propostas. Nessa altura parece-me que não temos outro remédio — e devemos fazê-lo, até porque não sabemos qual é a decisão desta Assembleia — senão introduzir imediatamente as alterações que nós entendemos que devem ser introduzidas.

Eu, por mim, termino.

O Sr. António Reis (PS): — Quer o Sr. Deputado, portanto, dizer que tem de facto então algumas dis-

cordâncias de fundo em relação aos decretos em questão.

Vozes do CDS: — Oh, Sr. Deputado!...

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Em relação às emendas propostas.

O Sr. António Reis (PS): — Quais emendas?

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Já estavam entregues, Sr. Deputado, não ouviu?

O Sr. António Reis (PS): — Ah, bom, as emendas propostas pelo CDS são consideradas emendas sobre aspectos importantes dos decretos. Nesse caso regozijo-me porque verifico finalmente que os extremos começam a tocar-se nesta Assembleia.

*Manifestações de desagrado do CDS.*

O Sr. Presidente: — Acabou esta hipótese de diálogo e vamos continuar com as nossas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pena.

Possso saber para que efeitos pede a palavra?

O Sr. Rui Pena (CDS): — Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade.

O Sr. Rui Pena (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O CDS considera da maior oportunidade a apresentação pelo Partido Comunista Português do requerimento de sujeição a ratificação dos diplomas em causa.

Os problemas suscitados por esses diplomas são problemas neste momento candentes na vida nacional e a Assembleia da República, que tem sido caluniada de que não se debruça sobre os problemas verdadeiramente nacionais, deve corresponder com toda a dignidade e de cabeça erguida às responsabilidades que assumiu perante o povo português e perante o nosso país.

Por consequência, eu protesto contra a forma como, por determinados partidos, é colocada esta questão, procurando confundir o interesse nacional, que todos nós aqui devemos defender e para o qual fomos mandatados pelo povo português, com interesses mesquinhos de carácter eleitoral.

O CDS não participa de maneira nenhuma nessa concepção.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica.

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Sottomayor Cardila): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu pedi a palavra não para ...

O Sr. Presidente: — Peço-lhe desculpa, Sr. Ministro, o Sr. Deputado Vital Moreira teria dito qualquer coisa que não chegou a perceber bem o que era, portanto, tenha a bondade de dizer, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Eu pedi a palavra para fazer um protesto, mas visto que o Sr. Ministro já começou ...

O Sr. Presidente: — Não, não, peço-lhe muita desculpa, houve talvez falta de atenção da minha parte, porque eu estava centrado na palavra do Sr. Ministro mas tem V. Ex.<sup>a</sup> a palavra para o seu protesto.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Presidente: Em primeiro lugar não podemos deixar em silêncio a complacência perante a inobservância das regras regimentais em matéria de discussão. Em segundo lugar, e principalmente, nós não queremos deixar de protestar contra o facto de matérias como estas que aqui trouxemos, através de requerimento de ratificação dos decretos-leis sobre o ensino superior, serem qualificadas como questões de pormenor, não susceptíveis de serem discutidas por esta Assembleia e de fazerem perder tempo a esta Assembleia.

Nós não consideramos que matérias que ao longo das últimas semanas têm suscitado talvez uma das maiores mobilizações na Universidade por parte de estudantes, professores e funcionários sejam consideradas questões de pormenor que fazem perder tempo a esta Assembleia. Nós não podemos considerar que as dezenas de moções aprovadas, que as grandes manifestações e discussões realizadas nos últimos dias sobre esta matéria sejam tidas por questões de *lana caprina* que fazem perder tempo a esta Assembleia. Nós não podemos considerar que todos os problemas de fundo levantados a propósito destes decretos sejam considerados como sendo questões que fazem perder o tempo a esta Assembleia e que não devem ser aqui discutidos.

Nós mantemos que as questões que aqui trouxemos são hoje questões fundamentais da Universidade portuguesa, que mobiliza os estudantes, os professores, os funcionários e os trabalhadores da Universidade, e não compreendemos que esta Assembleia, que tanto tempo tem perdido em questões de *lana caprina*, nomeadamente a trazer aqui forçadamente questões que o Governo aqui não traz e que é obrigado a discuti-las sem que o Governo lhe dê condições para as discutir proficuamente, considere que é perder tempo discutir matérias que aqui foram anunciadas previamente, que aqui foram abordadas com argumentos profundos e que não estão de modo algum a ser tidas como meras questões de pormenor.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Reis pediu a palavra para um protesto?

O Sr. António Reis (PS): — Exactamente, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Reis (PS): — Protesto contra a evidente deturpação a que o Sr. Deputado Vital Moreira procedeu em relação às minhas palavras, contra a insinuação de que eu teria considerado ilegítima ou despicienda esta discussão. Eu referia-me às emendas propostas pelo CDS, e não percebo por que é que o Sr. Deputado Vital Moreira foi enfiar essa carapuça. De qualquer forma, entendo, Sr. Presidente, que é altura de acabarmos com este tipo de diálogo dentro da Assembleia, e aconselhava o Sr. Deputado Vital

Moreira a guardar o seu calor e a sua fogosidade para o debate de outras questões, que certamente serão bastante mais importantes do que esta, o que não quer dizer que esta também não tenha a sua importância.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro: Tenha a bondade.

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Sottomayor Cardia): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Eu não me inscrevi para fazer uma exposição; pedi a palavra simplesmente para prestar esclarecimentos, visto que algumas alusões foram feitas que eu entendo não deverem passar sem uma adequada rectificação.

Foi dito por um Sr. Deputado que algo de muito preocupante se passava na cidade de Évora em relação ao ensino superior.

Referiu-se designadamente à Escola Superior de Bento de Jesus Caraça e ao Instituto Universitário de Évora. Presumo, e se erro o Sr. Deputado me corrigirá, que a sua intervenção, aliás creio que mesmo explicitamente o disse, parte do princípio de que a Escola de Bento de Jesus Caraça é uma escola progressista e que o Instituto Universitário de Évora é uma escola perigosamente conservadora. Pelo menos foi dito, em telegramas que me foram enviados aqui há uns meses, e que cessaram, que era uma estrutura de ensino fascista implantada no Alentejo.

Ora, qual foi a decisão que o Governo tomou em relação à Escola de Bento de Jesus Caraça e ao Instituto Universitário de Évora? O Sr. Deputado saberá, tão bem como eu, que havia uma lei que previa a integração da Escola de Bento de Jesus Caraça, progressista, no Instituto Universitário de Évora, reaccionário. Mas foi precisamente essa lei, que foi modificada pelo Governo, que permitiu que a Escola de Bento de Jesus Caraça e o Instituto Universitário de Évora trabalhassem autonomamente até à conclusão da licenciatura dos seus estudantes.

Não foi, portanto, amachucar uma estrutura progressista, mas foi, no seu entendimento, evitar que uma estrutura «progressista» fosse integrada, por lei, numa escola tida por menos progressista.

Relativamente à questão dos representantes, ou como tal tidos e havidos ou considerados, das Faculdades de Engenharia, eles pediram uma audiência já depois de aprovado o decreto-lei, ou pelo menos na véspera de ele ser apresentado ao Conselho de Ministros, e foram recebidos pelo director-geral do Ensino Superior. Foram, na verdade, recebidos por alguém que tem no Ministério uma alta responsabilidade e que é um funcionário da mais elevada categoria da Administração Pública.

Um dos Srs. Deputados referiu a circunstância de que numa audiência eu havia expulso uns quantos senhores directores, ou representantes de associações de estudantes. Houve, na verdade, um episódio, um tanto pitoresco, que ocorreu não sei se no primeiro ou segundo ou terceiro encontro dos conselhos directivos das associações de estudantes, no qual foi deliberado pedir uma audiência ao Sr. Primeiro-Ministro. Essa audiência não foi consentida pelo Sr. Primeiro-Ministro, e em dada altura, após um contacto telefónico e telegáfico que, aliás, eu expliquei no próprio encontro que houve, acabaram por ir ao Ministério da Educação esses senhores que tinham pedido audiência

ao Sr. Primeiro-Ministro. Eu, ali, quis esclarecer se eles me tinham pedido audiência a mim ou ao Sr. Primeiro-Ministro. Como eles reiteraram que não era a mim que tinham pedido audiência, evidentemente que eu abandonei a sala do 13.º andar do Ministério e saí. Manifestamente, o Ministro não tem de receber entidades que se dirigem a outra autoridade do Estado. E não estou nada arrependido.

*Risos.*

Eu, evidentemente, sentir-me-ia muito lisonjeado se eles viesses falar comigo de um assunto que, pela sua importância, devesse ser posto ao Primeiro-Ministro. Nessa altura dir-lhes-ia: meus senhores, vão ao Primeiro-Ministro. Agora num assunto que era da minha competência, mas que eles pretendem transferir para o superior critério do Sr. Primeiro-Ministro, que os não recebe, e depois, de uma forma equívoca, introduzem-se no Ministério e, ao falarem comigo, dizem que não é comigo que querem falar, eu, evidentemente, vim-me embora.

*Risos.*

Agora devo esclarecer VV. Ex.<sup>as</sup> que não expulsei ninguém. Era uma delegação muito numerosa que, portanto, não podia ser recebida no Gabinete do Ministro e foi recebida numa sala que há no 13.º andar, uma sala de reuniões. E eu, portanto, quando verifiquei que não era comigo que queriam falar, disse-lhes simplesmente: meus senhores, está encerrada a audiência; e saí. Portanto, não expulsei ninguém.

*Risos.*

Eles é que saíram, como aliás lhes competia.

Devo, contudo, prestar mais um esclarecimento, que deriva da palavra autorizada e representativa do Sr. Presidente da Comissão de Educação. Suponho que as mesmas entidades que não quiseram falar com o Ministro da Educação, quiseram falar com a Assembleia da República. E eu considero que este é um facto muitíssimo de louvar, porque se eles na verdade reclamam — e têm todo o direito e dão-me nisso grande prazer — a demissão do Ministro da Educação, eu acho muitíssimo bem que eles se dirigam à Assembleia da República.

A Assembleia da República deliberará se deve considerar, ou não, que está na posição de ser intermediária para resolver um conflito entre um Ministro e funcionários do Ministério que se recusam a falar ao Ministro, ou se, pelo contrário, não é essa a função de uma Assembleia da República, mas será a de pura e simplesmente, perante um caso de funcionários que querem falar com o Ministro sem lhe pedir audiência, tomar, em relação ao Ministro — que não recebe pessoas que não lhe pediram audiência —, a atitude de pura e simplesmente fazer um protesto pelo comportamento desse Ministro em relação aos seus funcionários ...

*Risos.*

É claro que nisto há qualquer coisa de muito insólito. E isso de muito insólito são provavelmente as grandes manifestações a que há pouco se referia o Sr. Deputado Vital Moreira e que manifestamente se não encontram. Pode-se andar à procura das grandes manifestações. Aliás, já houve duas «grandes mani-

festações» junto do Ministério da Educação, e eu, que as apreciei em posição de poder observar o quarteirão, vi que eram manifestações insignificantes. Mas, enfim, aquilo que hoje é na verdade insignificante são grandes manifestações populares, segundo o critério de alguns Srs. Deputados; é uma questão de óptica. E eu aqui permitir-me-ia parafrasear um ex-ilustre Deputado desta Assembleia e dizer ao Sr. Deputado Vital Moreira, quando fala em grandes manifestações na Universidade: «Olhe que não! Olhe que não! ...»

*Risos.*

Aliás, verifica-se hoje que, segundo deliberações que foram tomadas ontem, a Universidade portuguesa está em greve contra um Ministro reaccionário, contra uma lei reaccionária. Acontece, contudo, que essa greve não está a ser cumprida.

O Sr. Deputado Vital Moreira fala nas moções. Eu recebo no meu gabinete dezenas de moções, às quais não dou publicidade, porque o Ministério da Educação não recorre à imprensa para dar publicidade às dezenas de telegramas que lá chegam a apoiar o Ministro.

*Uma voz do PS:* — Muito bem!

*O Orador:* — Em contrapartida, com uma boa organização publicitária, qualquer reunião de 50 alunos de uma escola, ou de 30 assistentes, ou de 2 professores, evidentemente que vai para os jornais, como uma deliberação deste ou daquele órgão da autonomia universitária. Isto, enfim, diz respeito à objectividade da informação. Não é que os órgãos de informação tenham nisto grande responsabilidade. Mas o Governo não dispõe, nem deve dispor, de nenhum aparelho de intoxicação da opinião pública, e forças há que continuam a recorrer à informação para deturparem o que se passa e para intoxicar o País.

*Aplausos, de pé, dos Deputados do PS, PSD e CDS.*

É nomeadamente o caso das greves que não existem, ou que existem porque hoje é sexta-feira; estamos no fim da semana e na verdade não foi uma greve que decretaram, mas sim uma ponte.

*Risos e aplausos do PS e PSD.*

Mas, Sr. Deputado, não foi uma ponte qualquer; foi uma ponte bem estreita, e é uma greve contra uma lei que tem como prazo da sua conclusão a próxima segunda-feira. Sendo que, manifestamente, ao sábado não há aulas, nem ao domingo, que raio de greve é esta?!

*Risos.*

Mas, se me permitem, eu não quereria deixar este ponto sem uma referência. É que, se porventura vier a haver greves significativas em escolas de ensino superior, por incumprimento das disposições legais em vigor, repito o que já disse: o Governo resolverá o problema, sem dramatismos, e resolvê-lo-á no quadro do mais puro espírito democrático. Quero eu dizer com isto que resolverá a situação pacificamente, mas adoptará medidas eficazes.

*O Sr. António Reis (PS):* — Muito bem!

**O Orador:** — Eu não me considero obrigado neste momento a dizer quais serão as medidas eficazes, mas eu posso informar esta Assembleia, e através dela o País, e naturalmente os estudantes que possam, infelizmente, vir a ser afectados pela acção coerciva de minorias de colegas seus, ou de assistentes seus, ou até de professores, de que o Governo não tolera que se brinque com um serviço público como é a Universidade. Aos estudantes que estão na Universidade, e nos outros graus de ensino, e têm o direito de não perder o seu tempo, o Governo garante que adoptará medidas adequadas para corrigir as situações anormais que porventura se venham a verificar.

*Aplausos do PS, PSD e CDS.*

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Zita Seabra para um pedido de esclarecimento, suponho eu.

**A Sr.<sup>a</sup> Zita Seabra (PCP):** — Sr. Presidente: Prescindo do esclarecimento.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente: Se o Sr. Ministro Sottomayor Cardia interveio ao abrigo da regra regimental que lhe dá o direito igual, em relação aos Deputados, de aqui fazer intervenções, pois eu farei um pedido de esclarecimento.

Se o Sr. Ministro Sottomayor Cardia interveio a outro título, nomeadamente o de resposta, pois eu requeiro que me seja dado o mesmo título para que mantenhamos a regra da igualdade, ao menos entre os Deputados e os Ministros.

Devo dizer que é com muito gosto que vimos aqui intervir e responder os Srs. Ministros do Governo da República. Tanto mais quanto até agora eles não têm primado pela sua presença.

Gostaria, no entanto, para saber se vou fazer um pedido de esclarecimento à intervenção do Sr. Ministro Sottomayor Cardia ou se vou responder à resposta do Sr. Ministro Sottomayor Cardia, de saber exactamente em que regra regimental é que se integra a intervenção do Sr. Ministro Sottomayor Cardia.

**O Sr. Presidente:** — Eu entrego a solução a V. Ex.<sup>a</sup>, com toda a confiança.

*Manifestações na Sala.*

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Presidente: Como me tenho por respeitador das regras regimentais, eu tomo a intervenção do Sr. Ministro Sottomayor Cardia como a única coisa em que ela pode ser tomada regimentalmente: uma intervenção. Vou, pois, fazer um pedido de esclarecimento.

**O Sr. Presidente:** — Não quer dizer que a sua solução tenha sido a melhor, mas V. Ex.<sup>a</sup> pode continuar no uso da palavra.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — O Sr. Ministro considerou que não tem ou não utiliza os meios de comunicação para a intoxicação da opinião pública, ao contrário do que outras forças fazem. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro em que é que se integra

a intervenção há pouco tida pelo Sr. Ministro na televisão, onde durante bastante tempo, perante auditores sem capacidade de resposta, não se limitou a expor a política do Ministro, mas a criticar forças e até pessoas.

E para que essa intervenção não seja considerada como intoxicação da opinião pública, ou pelo menos como manipulação dos órgãos de comunicação nacionalizados, pergunto-lhe se as forças que acusa agora aqui de manipulação devem beneficiar do mesmo tempo de resposta na televisão.

A segunda pergunta é simples, Sr. Ministro. Creio ser fácil de constatar que em relação à matéria deste debate, que é apreciar o regime proposto pelos decretos-leis que submetemos à apreciação da Assembleia, hoje pouco ou nada se avançou. Aparentemente, por coincidência, todos os Srs. Deputados e o Sr. Ministro, nas intervenções que até agora foram feitas, ladearam completamente as questões.

Queria perguntar ao Sr. Ministro se está na disposição de se pronunciar sobre as críticas que foram feitas ao conteúdo e ao regime dos decretos e, nomeadamente, quanto às propostas de alteração que aqui foram feitas.

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Ministro poderá responder.

**O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, um esclarecimento da minha parte. Eu não usei da palavra como intervenção, usei da palavra para prestar esclarecimentos.

Posto isto, respondo às duas questões que me foram postas pelo Sr. Deputado Vital Moreira.

Primeira questão, relativa a tempos de televisão e intoxicação. O Governo tem um determinado tempo na televisão, que é muito pouco, e utiliza-o.

*Risos do PCP.*

Outras forças políticas também têm e também o utilizam. Não há confusão possível — e estranho que o Sr. Deputado Vital Moreira tenha incorrido nessa confusão — entre exposição de pontos de vista, que foi aquilo que eu fiz na televisão, e empolamento de informações ou falsas informações, através da montagem de um aparelho publicitário de falsidades, de deformações ou do avolumar de acontecimentos sem relevo. Parece-me evidente; não percebo mesmo como é que o Sr. Deputado Vital Moreira não comprehende a diferença que há entre uma exposição, seja feita por um Ministro, seja feita por um partido político de oposição, ou por qualquer outra pessoa, e uma campanha de desinformação da opinião pública. É completamente diferente.

Aliás devo-lhe dizer, Sr. Deputado, que mesmo na televisão, nas poucas noites em que tive a oportunidade de a ver, também vi muita coisa que era o empolar de factos sem qualquer relevo, contra a acção do Governo, nos vários Ministérios, inclusivamente no meu próprio Ministério.

Houve uma noite, devo-lhe dizer, já não sei quando, em que eu fiquei em casa a ver a televisão, em que na verdade encontrei no ecrã seis ou sete intervenções sobre problemas de educação, e das quais pelo menos cinco eram absolutamente opostas à acção do Ministério. Achei isso inteiramente normal. Achei

normal, quer dizer, achei que era bom trabalho das pessoas que estavam interessadas em levar à televisão aquelas imagens ou aquelas palavras.

Em relação à segunda questão, que é a de saber se eu estou disposto a responder às críticas, ou melhor, se eu estou disposto a criticar as propostas feitas pelo Partido Comunista Português, eu digo manifestamente que estou disposto a isso.

Aliás, eu próprio, ontem, se o Sr. Deputado entendeu, me socorri do subterfúgio do direito de formular perguntas para fazer objecções. Naturalmente que mais tarde, tenha calma, Sr. Deputado, eu irei intervir no debate; eu na altura irei responder e fazer a minha crítica às propostas que o Partido Comunista faz no sentido de aprovar, com emendas, os decretos-leis em apreço.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Ministro: Muito obrigado pelas referências que me fez ainda agora e à minha Comissão. Eu queria dizer-lhe, Sr. Ministro, que esta Comissão, como todas as outras, tem a obrigação regimental de satisfazer os pedidos de audiência que lhe são solicitados. Aliás, o Sr. Ministro sabe isto bem.

Mas queria chamar a sua atenção e a atenção da Câmara para a intervenção que fiz no início deste debate, em que deixei bem claro que penso que esta Assembleia não poderá ser manipulada por qualquer tipo de manifestações exteriores, grandes ou pequenas, e poderá o Sr. Ministro ter a certeza de que o meu partido o não será.

Tomamos as atitudes que entendemos que devemos tomar, não pensamos, como muita gente pensa, que o direito é mais direito quando tem muita gente atrás e é menos direito quando tem pouca gente atrás; nós não sofremos desse mal e, portanto, é com inteira liberdade de espírito que tentamos colaborar na melhoria das leis.

Quero em todo o caso deixar aqui bem acentuado que não está no espírito deste grupo parlamentar, de qualquer forma, reduzir a autoridade, o prestígio e a dignidade moral do Ministro da Educação, que entendemos ser bem necessária e ser necessário revigrá-la ainda. Colaboramos para isso, para o bem deste país.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Nuno Abecasis há-de reconhecer que eu estive aqui sempre à espera do pedido de esclarecimento, que nunca chegou.

Peço aos Srs. Deputados o favor de respeitarem o mínimo das regras do nosso Regimento.

A minha condescendência como sabem, tem sido muito grande, mas confesso que me estou a saturar um pouco e que seria com muito desagrado meu que teria de intervir.

O pedido de palavra foi-me feito para um pedido de esclarecimento, mas não se tratou disso. Tenho esperanças de que o caso não se repetirá e, nessa confiança, passo a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Jara para uma intervenção.

O Sr. José Manuel Jara (POP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: O Grupo Parlamentar do PCP não pediu a

ratificação dos decretos ora em discussão na base de uma ciência pura da gestão. Baseámos a nossa iniciativa e as propostas de alteração no conhecimento concreto da gestão democrática que se pratica nas escolas superiores e na vontade claramente expressa dos estudantes e docentes das três Academias.

No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 781-A/76 responsabiliza-se a gestão institucionalizada por todas as dificuldades das escolas superiores, seguindo o método do «bode expiatório», que permite absolver a herança do fascismo e as insuficiências crónicas da política governamental. Trata-se, no fim de contas, de tentar marcar o início absoluto de uma «nova» política, que, como se afirma e passo a citar, deve «corrigir com urgência o sistema vigente das escolas do ensino superior e instaurar a organização e funcionamento democráticos».

Com uma pequena diferença, teríamos o termo adequado à intenção e consequências: substitua-se «instaurar» por «impôr» e veremos que corresponde muito mais ao processo seguido. Surge-nos, de imediato, uma pergunta que o bom senso aconselha: como é possível instaurar o tal «funcionamento interno democrático» e que democracia é essa contra a vontade democrática das escolas expressa em reuniões de curso, RGA, assembleias gerais de escola, encontros nacionais de conselhos directivos e associações de estudantes e plenários de Academia?

Faremos adiante o balanço das sucessivas tomadas de posição dos estudantes e professores perante a política do MEIC.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 781-A/76 afirma-se como intenção garantir (passo a citar) «a efectiva democratização das escolas [...] de modo que o seu clima interno não possa ser assimilado a esquemas medievais ou corporativos, ainda quando de feição anarco-populista».

Esta justificação de pendor ideológico merece-nos as seguintes objecções:

1.º Só por uma distorção da realidade se pode confundir a participação directa das massas (estudantes e professores) no processo democrático com a caricatura estéril dessa participação, a que se pode chamar anarquismo contestatório. Ao confundir-se uma coisa e outra, está a tomar-se o desvio pela norma e, implicitamente, a negar-se o papel decisivo do movimento de massas na destruição das estruturas fascistas na Universidade. Daqui a admitir-se a possibilidade da democracia sem movimento de massas, sem processo democrático, vai um passo ...

2.º Se há relação entre os esquemas «medievais e corporativos» de gestão e o chamado «anarco-populismo», como se pretendeu na argumentação do preâmbulo, isso poderá acontecer, mas em sentido contrário à ideia expressa. O conteúdo do decreto e a metodologia usada pelo MEIC poderão, de facto, originar uma coisa e outra, de modo algum evitá-lo.

Definir um órgão como o conselho científico, do qual estão afastados os assistentes e os estudantes, com as amplas funções que lhe são conferidas, não é mais do que restaurar o feudo professoral do velho conselho escolar, que pode facilmente deslizar para o mandarinato autocrático.

Reducir as assembleias gerais de escola a uma mera função distractiva pode ocasionar aquilo que se pretenderia evitar: à falta de um poder deliberativo institucionalizado, poderá surgir a tendência

desorganizada a exercê-lo na prática e à margem dos órgãos de gestão institucionalizados.

A própria tecnocracia do MEIC, distanciando o Ministério da vida e da realidade das escolas, pode originar, pelo autoritarismo inerente, um antiautoritarismo espontaneista e pouco produtivo, por falta de canais democráticos de expressão e organização.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pela sua particular importância para compreender o significado dos decretos em discussão, irei fazer um relato das tomadas de posição dos órgãos de gestão e dos estudantes do ensino superior.

E antes de tudo devo salientar a intenção sempre construtiva, o interesse no diálogo com os Órgãos de Soberania, a vontade de um amplo esclarecimento público, que têm caracterizado a actuação dos órgãos de gestão e das estruturas associativas de estudantes.

Ainda ontem a Comissão Permanente de Educação, Ciência e Cultura recebeu os executivos do Encontro Nacional de Estruturas Universitárias.

Podemos afirmar que têm sido concordantes as deliberações das assembleias de massas (reuniões de curso, RGA, AGE e plenários), as decisões dos órgãos de gestão e direcções associativas. Concordância total, usando outra terminologia, entre a «democracia representativa» e a «democracia directa». O sentido geral da orientação preconizada é profundamente antagonico em relação aos métodos do MEIC e em relação a pontos essenciais dos decretos em apreço.

Já no I Encontro Nacional do Ensino Superior, realizado em 6 de Outubro, com a presença de sessenta direcções associativas (das cerca de setenta existentes), se exigiu a participação activa das escolas na política de ensino e investigação científica e, nomeadamente, no que concerne ao decreto-lei da gestão.

Também nesse encontro se decidiu solicitar um amplo debate público com o MEIC, nomeadamente televisivo, que não teve concretização. Outros encontros nacionais se seguiram, a 10 e 18 de Novembro, tendo confirmado e desenvolvido as ideias do I Encontro. É asperamente criticada a recusa ao diálogo do MEIC. Formula-se a exigência da suspensão do Decreto-Lei n.º 781-A/76.

Entre as críticas feitas a este decreto, salienta-se que «consagra a antiga hierarquia académica», «retira qualquer possibilidade de intervenção aos assistentes nos mais importantes aspectos da vida científica das escolas», «institucionaliza a divisão dentro do corpo docente». É ainda apontado o carácter elitista do conselho científico (CE ressuscitado!) e o esvaziamento do poder das assembleias gerais de escola.

Em todas as fases do processo foi sempre tentada a discussão com o MEIC, não podendo deixar de se ter em conta o carácter responsável que tem revestido este movimento.

Qual o ponto da situação?

Plenários das três Academias, realizados nos últimos dias, ratificam as decisões dos encontros nacionais e, em face da não resposta do MEIC, deliberaram formas mais radicalizadas de luta.

As três Academias estão hoje em greve; apenas uma ou duas Faculdades não terão seguido a greve e realmente isto exprime uma grande unidade do movimento estudantil e não pode, através de piadas como a que o Sr. Ministro há pouco usou, subestimar-se a importância de uma greve das três Academias, tal como se está a processar actualmente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando se chega no movimento estudantil (em plenários e encontros de direcção) e nos órgãos de gestão do ensino superior a um tão profundo acordo (quase unanimidade de opiniões), quando se consegue uma tão ampla unidade, só podemos estar perante objectivos profundamente sentidos.

A subalternização das diferenças ideológicas e políticas no movimento estudantil é tão flagrante que só pode ser expressão do sentir profundo das massas estudantis. De modo nenhum expressão de vinculações partidárias coincidentes.

Escrevia o Sr. Ministro da Educação no livro *Por Uma Democracia Anticapitalista*, a propósito da reforma Veiga Simão para o ensino superior, que «logo foi esclarecido que ficava confiada aos corpos catedráticos, onde se contam os mais acérrimos adversários da mudança no sector escolar». E mais adiante acaba por considerar, passo a citar, «os movimentos estudantis, únicas forças que na Universidade poderiam impulsionar decisivamente a auténtica reforma».

Será que o movimento estudantil já cumpriu o seu papel? Será que o corpo de catedráticos (mesmo tendo em conta as pequenas diferenças) poderá ter agora o papel do anterior movimento associativo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: As profundas transformações operadas na sociedade portuguesa e na Universidade não conduziram a uma anulação das contradições. Numa nova situação social, económica e política, continua a luta entre o progresso e a reacção, continua a luta contra a exploração, tem de prosseguir a luta pelo avanço da democracia rumo ao socialismo. A Universidade reflecte esta nova situação e as novas contradições.

A consagração de órgãos de tendência elitista, a compartimentação estanque dos vários sectores universitários e a restrição do poder deliberativo das assembleias de massas não poderão contribuir para facilitar o papel da Universidade no desenvolvimento da democracia rumo ao socialismo.

Erra quem, por subjectivismo estreito, julga a Universidade um palco privilegiado da luta de classes (a isso a reduzindo), mas também erra quem a tenta reduzir a um mecanismo amorfo de produção de técnicos, tecnicocraticamente encarado, o que acaba por anular a gestão democrática.

Nós, comunistas, temos uma visão dialéctica da realidade. A função da Universidade tem de ser encarada nas suas dimensões técnica, científica, cultural, social e política.

As propostas de alteração feitas pelo nosso grupo parlamentar têm em conta esta situação. Sem gestão amplamente democrática dificilmente a Universidade poderá acompanhar o desenvolvimento da democracia rumo ao socialismo.

#### *Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado José Leitão.

O Sr. José Leitão (PS): — Eu queria perguntar ao Sr. Deputado se por acaso ignora que, por exemplo, a AGE da Faculdade de Direito resolveu tomar uma posição de não aderência à greve, o que igualmente aconteceu com a Faculdade de Veterinária, apesar de ter sido ameaçada se não fizesse greve, e se ignora

que a maioria das Faculdades do Porto hoje não fizeram greve.

Queria também perguntar-lhe se está de acordo com a proposta que foi aprovada no último plenário realizado na Cantina Velha, plenário muito pouco representativo em função da população universitária de Lisboa. Já que o Sr. Deputado manifestou um acordo completo com as deliberações tomadas, gostaria de saber se está de acordo com a seguinte proposta:

Não permitir que qualquer dos ditos conselhos científicos funcione, levando à prática duas formas de luta e uma delas é: exigir isso aos professores catedráticos, que estão inequivocadamente em posição contrária ao Decreto-Lei n.º 781-A/76, nomeadamente no decorrer das suas aulas, durante os dias de quarta-feira e quinta-feira.

Gostava, portanto, de saber se o Sr. Deputado concorda com tal forma de luta decidida.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Jara para responder.

**O Sr. José Manuel Jara (PCP):** — Em relação à primeira pergunta que o Sr. Deputado fez, ela veio no fim de contas ajudar-me, porque, na realidade, as excepções confirmam a regra e a regra é a greve geral das três Academias, com excepção da Faculdade de Direito de Lisboa. Pois se eu até disse na minha intervenção que houve duas Faculdades, das quais eu tinha conhecimento, que não aderiram a essa greve, entre elas a Faculdade de Direito de Lisboa ... Quanto à greve no Porto, eu só tive conhecimento de uma Faculdade que não aderiu à greve, mas talvez hoje já se possa ter uma confirmação disso na imprensa.

A informação que nós temos é de que quase todas as Faculdades do Porto aderiram, menos a Faculdade de Medicina. Assim, as Faculdades que não aderiram à greve são excepções à regra e a regra é de que houve greve geral. Não podemos, portanto, valorizar mais essa excepção do que a greve que foi seguida em todas as outras Faculdades.

Em relação à segunda pergunta, referente às moções aprovadas nas assembleias, eu na minha intervenção não disse que nós concordávamos com tudo o que foi aprovado nas assembleias. Apenas consideramos que há que valorizar as tomadas de posição dos estudantes. Então, que democracia é que é possível, se não se ouvem as partes que estão realmente interessadas no assunto? Como é que é possível seguir-se e fazer-se uma lei democrática, se essa lei ignora as tomadas de posição dos estudantes? E como é que se pode instaurar um regime democrático de gestão na Universidade, se as partes interessadas estão contra ele?

Isto são questões óbvias e evidentes, e é contra esta distância enorme entre o processo seguido pelo MEIC e o conteúdo do decreto de gestão e as propostas aprovadas pelos estudantes que nós nos levantamos.

Há que corrigir aspectos do decreto que estão muito longe da realidade do que se pratica nas Faculdades e da vontade dos estudantes e dos sectores

do corpo docente interessados — assistentes e professores.

É esta realidade que nós temos de encarar. Mas isto não significa que nós não possamos discordar de uma ou outra decisão desta ou daquela AGE.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa.

**O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado: Apresentaram ontem os Deputados do PCP desenvolvida fundamentação sobre as razões que os levaram a pedir a ratificação de três diplomas fundamentais sobre o ensino superior.

Os diplomas em causa são por nós considerados da maior importância para o futuro das nossas escolas, que o mesmo é dizer para o progresso do nosso país.

Em conformidade, vem o PSD, em estreita colaboração com o núcleo da Juventude Social-Democrata, procedendo à sua cuidada análise, bem como à das propostas de alteração que vão sendo conhecidas. Do resultado desse estudo iremos dando conhecimento através da activa intervenção no debate, tanto na generalidade como na especialidade. No intuito de permitir o início da clarificação do debate nesta matéria, é-nos já possível avançar a nossa posição de conjunto.

Sintetizando:

Creamos ser correcto o diagnóstico em que os três diplomas assentam; creamos serem de aplaudir as intenções e os objectivos que almejam; creamos, por último, serem adequadas na sua generalidade as medidas que os diplomas contêm.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — De todo o modo, também nós temos a nossa filosofia da educação e da cultura, também temos um projecto de superação da crise.

Assim, não deixaremos de na altura própria apresentar algumas propostas referentes ao Decreto-Lei n.º 781-A/76, evitando, no entanto, questões de pormenor, que possam dar na especialidade um contributo válido para a melhoria do dito decreto-lei.

Da mesma forma, não temos por intenção fechar as portas à consideração de propostas de outros grupos parlamentares. Ponto fundamental é que tais propostas assentem em argumentos que logrem convencer-nos, o que até agora ainda não sucedeu.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Ponto é ainda que se coadunem com a nossa maneira de entender, de pensar e de perspectivar a escola: um espaço democrático aberto à livre criatividade cultural e científica.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando se pretende traçar as grandes linhas orientadoras gerais de uma política educacional, torna-se imprescindível ter presente não apenas o contexto sócio-económico de que se parte, como também as condições de desenvolvimento cultural existentes e os

objectivos prioritários que se pretende atingir, compatibilizando-os com a necessidade de ultrapassar limitações de ordem conjuntural e de materializar os imperativos constitucionais por que se rege uma comunidade inteira.

Ninguém, desde que o objectivo esteja verdadeiramente empenhado na consolidação da democracia e na construção do socialismo humanista, pode e deve esquecer os ensinamentos resultantes de uma dura e opressora experiência, vivida ao longo de quase cinco décadas em que a política de ensino esteve ao serviço de minorias interessadas numa estagnação cultural que só podia ser instrumento de um apoliticismo que aproveitava aos que não estavam interessados em perder posições de privilégio e em sentir na contestação de um sistema injusto a aproximação do que seria a antecâmara do rompimento com estruturas de valores arcaicos e com processos de dominação desrespeitadores dos mais elementares direitos da pessoa humana.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Ninguém pode esquecer, portanto, que foi a juventude, também ela, um importante adversário da ditadura anterior ao 25 de Abril, contestando corajosamente os métodos e processos de ensino, de cariz tradicionalista e de conteúdo favorável à aceitação de mecanismos de sujeição e dominação.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Estávamos num país com elevada taxa de analfabetismo, em que as desigualdades de oportunidades no acesso ao ensino e à educação eram flagrantes, em que era vedada à juventude a livre participação nas estruturas de decisão das escolas, em que o livre debate e a livre confrontação de ideias eram tidos como subversão de um regime omnipotente e, portanto, indiscutível e em que a repressão e a violência se abatiam permanentemente sobre o movimento associativo.

Não era essa a sociedade que os Portugueses e os jovens, em particular, pretendiam para o seu país. Não era a ignorância que servia aos Portugueses. Não era a repressão que servia de germen ao bem-estar e à justiça social. Não era uma guerra injusta que mobilizava utilmente os que ansiavam por paz, liberdade e compreensão.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Orador: — Não eram as desigualdades e o tradicionalismo de um sistema de ensino, também ele opressor, que permitia o aparecimento de uma nova e bem mais progressiva realidade social que servisse os interesses dos mais pobres, dos mais fracos e dos mais desprotegidos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas nem todas as injustiças, nem todas as prepotências, nem todos os dirigismos ideológicos no sector do ensino terminaram, desapareceram, com o 25 de Abril.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No decorrer do chamado período gonçalvista — ou período de aproveitamento da loucura populista de uns pelo pensar frio e calculista do estalinismo de outros —, ocorreram novas tentativas de instrumentalização da vida nas escolas por parte de minorias de tendência anarquizante e de estruturas partidárias interessadas na criação de novos aparelhos ideológicos de Estado, que servissem de suporte ao poder de burocratas empenhados na edificação de um novo sistema de dominação social e de opressão económica dos trabalhadores.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Orador: — Foi assim que, por exemplo, se chegou a tentar uma quase paramilitarização das escolas, em Março de 1975, pretendendo-se, dessa forma, controlar autoritariamente a vida estudantil nas escolas ao sabor dos interesses de uma nova estrutura partidária dominante.

Foi assim que surgiram textos que serviam de base a alguns cursos de inspiração obediente a doutrinas de cunho marcadamente partidário, alguns deles chegando ao ponto de apelidarem a social-democracia de antecâmara do fascismo.

Como se não fosse verdade que esse havia sido o pensamento de um Estaline anti-socialista e antide-mocrata que, ao pretender levar esta sua teoria às suas últimas consequências na Alemanha, permitiu que os nazis ascendessem ao poder em detrimento dos sociais-democratas.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É verdade!

O Orador: — Paralelamente, o anarco-populismo reinante na quase totalidade das escolas de ensino superior e em muitos estabelecimentos de ensino secundário, assim como a vaga de saneamentos de membros do corpo docente, muitos deles de comprovada competência profissional, contribuíram, também, sobremaneira, para uma maior degradação da qualidade do ensino e das estruturas educacionais preexistentes, já de si defeituosas e claramente insuficientes e prejudiciais aos interesses da colectividade.

No meio do confusionismo gerado pelo vanguardismo dos falsos socialistas e maus aprendedores e fazedores da democracia, chegou-se ao cúmulo de se ouvir da boca de um então conselheiro da Revolução, a propósito de uma greve que teve lugar nos liceus no decorrer do mês de Março de 1975, que a única solução para o excessivo sangue na guerla dos jovens estudantes estaria no uso da repressão física e da violência.

Assisti, sereno, mas esclarecido, à cena fellinesca da enfática tomada de posição do dito ex-conselheiro e devo confessar que nesse momento apenas um pensamento me ocorreu: se recuássemos dez ou vinte anos no tempo, o ex-conselheiro em questão poderia vir a ter um futuro bem mais promissor do que aquele que lhe estaria certamente reservado.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Apoiado!

O Orador: — De facto, só depois da clarificação da situação político-militar que se veio a processar com o 25 de Novembro de 1975 e após a entrada em funcionamento dos Órgãos de Soberania previstos na

Constituição, passaram a estar criadas as condições mínimas necessárias à adopção de uma nova política educacional que superasse as insuficiências, os desvios, o império da incompetência, a anarquia e que eliminasse todos os mecanismos de partidarização do sistema educativo.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Tornava-se urgente reestruturar o próprio Ministério da Educação e Investigação Científica, por forma a dotá-lo de eficácia e operacionalidade, pondo-se cobro à colonização de cunho inequivocamente partidário que se havia processado ao nível da colocação de altos funcionários nas diversas direcções-gerais, os quais estariam mais facilmente ao serviço de um sol redentor de fraca luminosidade do que de um governo democrático, qualquer que ele fosse.

Apresentava-se, ainda, imprescindível promover a reestruturação dos estabelecimentos universitários e de outras escolas de ensino superior, bem como rever os currículos e conteúdos dos cursos e proceder a uma escolha criteriosa dos membros do corpo docente.

Afigurava-se importante responsabilizar a actividade do corpo docente, dignificando-a e elevando os graus de exigibilidade, assim como pôr em execução esquemas de participação democrática dos estudantes, professores e membros do pessoal administrativo na vida das escolas, mas participação essa que não podia ser confundida com o basísmo anarquizante que só serve de instrumento a agentes desestabilizadores ou a candidatos a classe opressora de iluminados, venham eles de uma direita totalitária ou de uma pseudo-esquerda estalinista e por isso também totalitária.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Era, numa palavra, necessário dar os primeiros passos no sentido de uma despartidarização do sistema educativo e da execução do que vier a ser uma reforma democrática do ensino, autêntico suporte de uma sociedade que se pretende livre de explorações, de opressão e de qualquer forma de alienação.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Volvidos mais de três meses desde a tomada de posse do I Governo Constitucional, consideramos, nós sociais-democratas, que a actividade desenvolvida pelo Ministro da Educação e Investigação Científica merece na sua generalidade o nosso apoio.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Apoio este que significa concordância com as traves mestras de uma política que, no entender do Partido Social-Democrata, se afigura ser a mais correcta para democratizar a vida nas escolas, despartidarizar o sistema educativo, assegurar o predominio do império da competência sobre o da incompetência e garantir o livre exercício da criatividade individual, no qual deverá assentar todo o processo de transformações mentais e culturais indispensáveis à construção do socialismo democrático.

Que alguns não pensem do mesmo modo, é natural. Como disse Jean-François Revel, «reprova-se sempre o imperialismo dos outros, mas o que é difícil é ser-se contra o nosso próprio imperialismo». Daí aqueles que criticam hoje em dia o que designam de saneamentos do MEIC se esquecerem do império a que o dito Ministério chegou a pertencer e que, para nosso bem, teve o mesmo destino dos impérios decadentes que soçobraram perante a criatividade de civilizações viradas para o futuro.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Assim, e no seguimento do que já foi dito, os sociais-democratas manifestam a sua concordância na generalidade e na especialidade com o teor dos Decretos-Leis n.ºs 786/76 e 636/76, respeitantes à possibilidade de o Governo determinar por decreto a reestruturação urgente dos estabelecimentos universitários ou outras escolas de ensino superior em que tenha havido degradação da qualidade do ensino e à concretização da aplicação do regime de *numerus clausus* ao curso de Medicina, respectivamente.

Considera, todavia, o Partido Social-Democrata que a adopção do regime de *numerus clausus*, mesmo como solução transitória, implica que se encontrem novas soluções alternativas, designadamente através da progressiva criação de cursos médios.

Afigura-se-nos realista a aplicação do referido regime, no presente momento e em relação aos cursos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 636/76, uma vez que importa assegurar níveis mínimos de competência e de qualidade de ensino, mas julgamos ser urgentemente necessário pôr em execução o conjunto articulado de medidas que permita um maior aproveitamento de recursos humanos e que evite frustrações e desajustamentos internos — inclusive no próprio mercado de trabalho — por forma a atingirem-se níveis de existência tendencialmente superiores.

No atinente ao Decreto-Lei n.º 781-A/76, respeitante à gestão democrática das escolas, considera o PSD que o mesmo corresponde a um avanço de sinal positivo em relação à situação existente anteriormente, concordando, na generalidade, com as preocupações centrais que presidiram à sua elaboração e com a maioria das soluções concretas nele preconizadas e estipuladas.

Todavia, não podemos deixar de manifestar a nossa discordância com alguns aspectos deste decreto-lei, na especialidade.

Assim, para além de nos parecer talvez conveniente que fique explicitada a ideia de que compete às assembleias gerais de escola não só apreciar, como também aprovar, certas linhas gerais de orientação da escola, pensamos que se torna relevante introduzir alguma disposição que assegure uma representatividade mínima às assembleias gerais de escola, talvez mediante a exigência de quórum elevado e rigorosamente verificado.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador:** — Por outro lado, julgam os sociais-democratas não dever ser a assembleia de representantes — a qual, de acordo com o que parece estar subjacente ao espírito do decreto, é o órgão deliberativo ordinário — a eleger o conselho directivo.

De facto, o conselho directivo deverá ser eleito, em nosso entender, directamente e por voto secreto, pelos respectivos corpos e por sistema proporcional.

Se bem que quanto à composição, processo de designação e atribuições do conselho pedagógico, do conselho disciplinar e do conselho científico não existam quaisquer divergências relevantes entre a nossa posição e a assumida pelo MEIC, não podemos deixar de chamar a atenção para a necessidade de se garantir um maior grau de responsabilização dos docentes, exigindo-se competência e assistência razoável às actividades escolares, no sentido de se buscar na valorização profissional o real desempenho de uma função socialmente útil e, portanto, vantajosa, para toda a colectividade nacional.

**O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Considera ainda o Partido Social-Democrata que, no futuro, se deverá assegurar a consulta, pelo MEIC, dos órgãos deliberativos das escolas a respeito de problemas que se relacionem com o seu funcionamento ou, de uma maneira mais geral, que se prendam com as actividades desenvolvidas nos estabelecimentos de ensino.

Sr. Presidente, Sr. Deputados: O PSD sempre considerou a política da educação como um dos principais vectores potenciais de progresso e bem-estar social, mostrando-se interessado na busca de novas soluções, no reforço da participação dos jovens na vida nacional e na construção de uma verdadeira unidade entre os estudantes, unidade essa assumida no pluralismo e em liberdade.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Daí mostrarmo-nos defensores de um projecto de criação de um conselho nacional de juventude composto por representantes de diversas organizações de jovens — políticas, laborais e culturais —, que desempenhe um papel consultivo junto do MEIC e que promova a actividade criativa e o intercâmbio de experiências e de ideias com organizações congénères de outros países.

Daí sermos também favoráveis à criação da UNEP — União Nacional dos Estudantes Portugueses — ainda no presente ano lectivo, manifestando, desde já, o nosso mais vivo interesse no diálogo com todos os movimentos ou organizações estudantis democráticos.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Somos pelo diálogo e pelo entendimento. Rejeitamos o ódio, a violência e o sectarismo feroz de uns quantos grupos minoritários pseudopressistas que mais não fizeram do que contribuir para o radicalizar de posições, permitindo que se criasse as condições propiciadoras de eventos como aquele de que ainda há pouco tempo foi alvo um liceu em que escassos estudantes distribuíram propaganda nazi e entoaram o hino da Mocidade Portuguesa.

Rejeitamos quaisquer extremismos e lutamos por uma situação nas escolas que corresponda à realização dos anseios de liberdade, democraticidade, com-

petência e igualdade por que pugna e pugnará a esmagadora maioria do povo português.

**O Sr. Fernando Costa (PSD): — Muito bem!**

**O Orador:** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Foi Jean-François Revel quem disse que, «antigamente, à diversidade das culturas correspondia a uniformidade dos indivíduos no interior dessas culturas, pois eram elas que criavam os indivíduos, enquanto no futuro serão estes que originarão as culturas».

Se outro mérito não vier a ter este debate, um pelo menos apresenta: o de mostrar o que há em comum entre todos os que se reclamam defensores de um projecto socialista e democrático verdadeiramente libertador de todas as formas de opressão do homem pelo homem.

É que, para nós, a noção colectiva de representatividade não predomina sempre imperativamente sobre a da capacidade individual, ao contrário do que afirmava Kriegel.

É que, para os que pugnam pela libertação do homem, vendo nela o objectivo e no socialismo e na democracia o instrumento da sua realização, não se pretende nem actuar em termos de uma microssociedade hierárquica burocratizada prefigurando uma sociedade futura igualmente hierárquica e burocrática, nem tão-pouco colocar a cultura ao serviço de classes dominantes que apenas se deixam conduzir pelo lucro, pela ambição e pelo desejo do poder pelo poder.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Por tudo isto não é difícil concordar na generalidade com a linha de orientação política seguida pelo MEIC.

Por tudo isto a convergência se torna natural e não manobra eleitoral ou demagógica, porque lhe corresponde um substrato que é o resultado de uma opção que integra a libertação do homem, a democracia e o socialismo num todo coerente.

Porque, parafraseando Maurice Duverger, concluirei: «O pôr serviço que se pode prestar ao socialismo é apresentá-lo como uma receita suficiente para resolver todos os problemas. Ele não basta para mudar a vida, mas permite que ela mude.»

Tenho dito.

**Aplausos do PSD.**

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra, para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Vital Moreira. Segue-se depois a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

**O Sr. Vital Moreira (PCP):** — Sr. Deputado: Após bastante tempo em que a discussão parecia não ter nada a ver com os decretos-leis cuja ratificação pedimos, devo reconhecer que a contribuição do Sr. Deputado pelo menos mantém-se dentro da discussão.

Em primeiro lugar, queria manifestar a minha surpresa pelo que creio ser um lapso e que, de algum modo, desvaloriza gravemente a intervenção do Sr. Deputado. É que o Sr. Deputado, entre os três decretos-leis que supõe sujeitos a ratificação, indicou e argumentou sobre um que, de facto, não está sujeito a ratificação e esqueceu outro que, de facto, está sujeito a ratificação. Portanto, para que não restem qua-

quer dúvidas depois da intervenção do Sr. Deputado, cabe-me esclarecer que não solicitámos a sujeição a ratificação do decreto-lei que institui o *numerus clausus*, pela simples razão — quando mais não fosse — de que, quando esta Assembleia passou a ter poderes legislativos, esse decreto, que de resto é do VI Governo, já não estava sujeito a ratificação. Portanto, esse decreto não é para aqui chamado. Isso, porventura, poderia pôr em causa o grau da reflexão e da profundidade que presidiu à intervenção do Sr. Deputado. Não é isso que vou pôr em causa. Apenas quero fazer uma simples pergunta.

Em relação ao decreto-lei que regula a gestão das escolas, um dos artigos provavelmente mais importantes é o artigo 31.º, que admite que o Ministério da Educação intervenga administrativamente na gestão das escolas. Ora bem, esse artigo não estabelece quaisquer limites, quaisquer formas, quaisquer garantias de que essa intervenção administrativa obedeça a limites razoáveis. Primeiro, queria perguntar, pois, ao Sr. Deputado se entende que esse é um artigo importante do decreto-lei. Segundo, se concorda com esse artigo nos termos em que ele se encontra formulado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Não sei se o Sr. Deputado António Rebelo de Sousa quer responder primeiro às perguntas formuladas pelo meu camarada.

O Sr. Presidente: — Eu concedi a palavra à Sr.ª Deputada, portanto tenha a bondade de formular o seu pedido de esclarecimento.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Só queria pôr duas pequenas questões, muito concretas, referentes a pontos do decreto-lei que regulamenta a gestão democrática, para saber se o seu partido está ou não de acordo com ele.

A primeira questão é a que se relaciona com a participação dos assistentes no conselho científico. Portanto, se o seu partido considera que os assistentes não devem ter assento no conselho científico. A segunda questão é a seguinte: se o seu partido considera que este decreto-lei, que impede a participação dos trabalhadores-estudantes no conselho directivo, deve ou não ser alterado nesse ponto.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Sr.ª Deputada, agradeço-lhe que repita a última pergunta.

A Oradora: — Eu repito, é a seguinte: se o seu partido considera que este decreto-lei, que impede a entrada dos trabalhadores-estudantes no conselho directivo, deve ou não deve ser alterado nesse ponto.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. António Rebelo de Sousa, para responder às perguntas formuladas.

O Sr. António Rebelo de Sousa (PSD): — Em relação à primeira dúvida que foi posta pelo Sr. Deputado Vital Moreira, apenas quero dizer que não foi lapso, mas — na medida em que se pretendia fazer uma análise da estratégia geral seguida pelo MEIC e considerando todos os seus factores e linhas de actua-

ção — considerei oportuno referir a concordância que também neste capítulo havia em relação ao dito Ministério. Evidentemente que, em relação ao outro decreto-lei que também está em apreciação, igualmente manifestámos a nossa concordância, na generalidade e na especialidade, com o dito decreto.

Quanto à segunda questão que me foi posta, e diz respeito à possibilidade de uma intervenção administrativa do Ministério, evidentemente que a nossa concepção de democracia, como o Sr. Deputado sabe, é diferente em muitos aspectos, e, portanto, o que se passa, em nosso entender, é que há momentos que podem ser críticos ou de grande deformação do ensino nas escolas e há que ter uma certa ou total confiança no Governo, que efectivamente é constitucional, qualquer que seja a sua composição.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Tratando-se de um Governo constitucional, de um Governo com legitimidade democrática, seria lamentável que esse Governo não soubesse que, mesmo quando tem de intervir em últimas circunstâncias, essas intervenções têm de ser feitas no espírito do respeito pelos legais interesses dos estudantes em geral e da população portuguesa, designadamente tendo em conta até os interesses dos mais desprotegidos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto às questões que me foram postas pela Sr. Deputada Zita Seabra, em primeiro lugar respondo à referente à possibilidade de terem também lugar no conselho científico os assistentes. O nosso partido considera que, muito embora esse problema possa ser posteriormente revisto e haver uma análise mais aprofundada a seu respeito, neste momento os conselhos científicos não são, de maneira alguma, estruturas que se sobreponham aos órgãos de decisão democráticos em matéria que tem que ver com a execução de deliberações tomadas nas assembleias gerais ou nas assembleias de representantes. São órgãos que actuam paralelamente e que têm maior importância ao nível das estruturas de competência. E portanto esse é um problema que já se não poderá colocar em termos de maior ou menor representatividade democrática, porque então a Sr.ª Deputada não tinha colocado apenas o problema da representação dos assistentes nestes conselhos científicos, mas também o dos estudantes e muito naturalmente até o de representantes de outro tipo de organismos dentro ou fora da escola.

Mas não se tratando já de um problema de representatividade, como a Sr.ª Deputada reconhecerá — porque não põe o problema nestes termos —, mas sim de eficácia e de funcionalidade do conselho científico, evidentemente que esse é um problema que só a prática e a experiência poderão mostrar se efectivamente neste capítulo também o texto do decreto-lei deverá ou não ser modificado. Finalmente, quanto à participação dos trabalhadores-estudantes, penso que é sempre uma visão incorrecta, a respeito desse problema, a que privilegiava a necessidade de legislar tendo em conta as realidades existentes apenas ao nível de escola e não no mundo laboral. Por que razão é que também não se há-de colocar o problema

em termos, por exemplo, de legislação do trabalho em relação a estudantes, que eventualmente venham a ser designados para conselhos directivos, de gozarem de certas facilidades, nos termos dessa mesma legislação, que possibilitem que eles estejam permanentemente em exercício de funções nesses conselhos directivos. Este problema pode ser de facto solucionado, por este lado, pela introdução de uma alteração neste decreto-lei. Poderá ser também solucionado por outra via, que seria a da introdução de novas regras no que respeita à legislação no mundo do trabalho.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Estamos a sete minutos do fim dos nossos trabalhos. Está inscrito para uma intervenção o Sr. Deputado José Luís Nunes, mas creio que não quer aproveitar apenas sete minutos, pelo que usará da palavra na próxima sessão.

Antes de encerrar a sessão queria chamar a atenção do público das galerias para aquilo que vou dizer, pois creio que está interessado nisso.

Vamos receber o Sr. Presidente da República da Venezuela, nesta Assembleia, na próxima segunda-feira.

Os Srs. Deputados farão o favor de estar presentes no hemiciclo às 16 horas para se proceder à chamada e depois interrompê-la a fim de se receber aquele ilustre visitante.

Quanto ao público, queria avisá-lo de que vai haver lugares disponíveis para quem quiser assistir à cerimónia, não tantos como hoje, porque algumas das galerias serão ocupadas pela imprensa venezuelana e por outras individualidades. Seria conveniente que o público interessado em assistir à cerimónia fizesse a sua entrada no palácio entre as 17 horas e as 17 horas e 30 minutos, bastando para isso — não é necessário qualquer convite especial — identificar-se com o bilhete de identidade, precisamente nos mesmos termos em que procede para assistir às sessões desta Assembleia.

Terça-feira teremos a nossa sessão habitual às 15 horas, continuando o debate na generalidade.

Bom fim de semana e boa tarde, Srs. Deputados. Está encerrada a sessão.

*Eram 17 horas e 55 minutos.*

*Deputados que entraram durante a sessão:*

Partido Socialista (PS)

Alfredo Fernando de Carvalho.  
António Barros dos Santos.  
António Fernando Marques Ribeiro Reis.  
António Jorge Oliveira Aires Rodrigues.  
António Manucl de Oliveira Guterres.  
Carlos Alberto Andrade Neves.  
Carlos Manuel da Costa Moreira.  
Etelvina Lopes de Almeida.  
Fernando Tavares Loureiro.  
Florival da Silva Nobre.  
Francisco do Patrocínio Martins.  
Gualter Viriato Nunes Basílio.  
Herlânder dos Santos Estrela.

Jerónimo Silva Pereira.  
João Joaquim Gomes.  
Joaquim Oliveira Rodrigues.  
José Borges Nunes.  
José Luís do Amaral Nunes.  
José Manuel Niza Antunes Mendes.  
José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.  
Luís Manuel Cidade Pereira de Moura.  
Manuel do Carmo Mendes.  
Mário António da Mota Mesquita.  
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.  
Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.  
Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.  
Telmo Ferreira Neto.  
Vasco da Gama Lopes Fernandes.

Partido Social-Democrata (PSD)

Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.  
António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.  
António Júlio Simões de Aguiar.  
António Moreira Barbosa de Melo.  
José Ângelo Ferreira Correia.  
José António Nunes Furtado Fernandes.  
José Augusto Almeida de Oliveira Baptista.  
José Bento Gonçalves.  
José Manuel Meneses Sampaio Pimentel.  
José Manuel Ribeiro Sérvulo Correia.  
José Theodoro de Jesus da Silva.  
Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.  
Manuel da Costa Andrade.  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta.  
Pedro Manuel Cruz Roseta.  
Sebastião Dias Marques.

Centro Democrático Social (CDS)

Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.  
Francisco António Lucas Pires.  
Francisco Manuel Farromba Vilela.  
Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Moraes.  
João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.  
João da Silva Mendes.  
José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.  
José Manuel Macedo Pereira.  
José Vicente de Jesus de Carvalho Cardoso.  
Narana Sinai Coissoró.  
Nuno Krus Abecasis.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.  
António Marques Matos Zuzarte.  
Domingos Abrantes Ferreira.  
Fernando de Almeida Sousa Marques.  
Jaime dos Santos Serra.  
José Pedro Correia Soares.

*Deputados que faltaram à sessão:*

Partido Socialista (PS)

António Cândido Miranda Macedo.  
António Fernandes da Fonseca.  
António Magalhães da Silva.  
António Poppe Lopes Cardoso.  
Aquilino Ribeiro Machado.  
Beatriz Almeida Cal Brandão.  
Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.

Delmiro Manuel de Sousa Carreira.  
 Edmundo Pedro.  
 Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.  
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.  
 Francisco Soares Mesquita Machado.  
 Jaime Jose Matos da Gama.  
 Joaquim José Catanho de Meneses.  
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.  
 José Gomes Fernandes.  
 José de Melo Torres Campos.  
 Manuel da Mata de Cáceres.  
 Maria Alzira Costa de Castro Cardoso Lemos.  
 Maria Emília de Melo Moreira da Silva.  
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.  
 Mário Manuel Cal Brandão.  
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

**Partido Social-Democrata (PSD)**

Albino Aroso Ramos.  
 Amândio Anes de Azevedo.  
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.  
 Américo Natalino Pereira de Viveiros.  
 António Augusto Lacerda de Queiroz.  
 António Júlio Correia Teixeira da Silva.  
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.  
 Fernando José Sequeira Roriz.  
 Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.  
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.  
 Manuel Joaquim Moreira Moutinho.  
 Mário Fernando de Campos Pinto.  
 Mário Júlio Montalvão Machado.  
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)  
 Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.  
 Alcino Cardoso.  
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca.  
 Carlos Galvão de Melo.  
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.  
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.  
 João Lopes Porto.  
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.  
 José Manuel Cabral Fernandes.  
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.  
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.  
 Ruy Garcia de Oliveira.  
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.  
 Walter Francisco Burmester Cudell.

**Partido Comunista Português (PCP)**

Álvaro Barreirinhos Cunhal.  
 Américo Lázaro Leal.  
 António Dias Lourenço da Silva.  
 Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglês.  
 Georgette de Oliveira Ferreira.  
 Joaquim Gomes dos Santos.  
 José Rodrigues Vitoriano.  
 Lino Carvalho de Lima.  
 Maria Alda Barbosa Nogueira.  
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

**O CHEFE DOS SERVIÇOS DE REDACÇÃO, Januário Pinto.**

**PREÇO DESTE NÚMERO 17\$00**

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA